



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

FABIELE DOS SANTOS FERREIRA

**AS PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR:
PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E OS IMPACTOS NA SAÚDE**

**SALVADOR/BA
JULHO DE 2025**

FABIELE DOS SANTOS FERREIRA

**PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR:
PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E OS IMPACTOS NA SAÚDE**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Colegiado de Curso de Licenciatura em Pedagogia. Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia, como requisito à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Dr. Prof. Adson dos Santos Bastos.

**SALVADOR/BA
JULHO DE 2025**

FABIELE DOS SANTOS FERREIRA

**PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR:
PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E OS IMPACTOS NA SAÚDE**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia, em 31 de julho de 2025, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Banca examinadora:



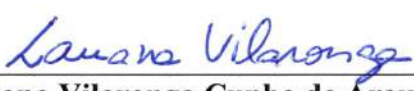
Adson dos Santos Bastos - Orientador

Universidade do Estado da Bahia
Doutor em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia



Claudia Andrade Vieira - Avaliadora

Universidade do Estado da Bahia
Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
Universidade Federal da Bahia



Lauana Vilaronga Cunha de Araujo – Avaliadora

Universidade do Estado da Bahia
Doutora em Artes Cênicas
Universidade Federal da Bahia

**SALVADOR/BA
JULHO DE 2025**

FABIELE DOS SANTOS FERREIRA

**PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR:
PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E OS IMPACTOS NA SAÚDE**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia, em 31 de julho de 2025, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Banca examinadora:

Adson dos Santos Bastos - Orientador

Universidade do Estado da Bahia
Doutor em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia

Claudia Andrade Vieira - Avaliadora

Universidade do Estado da Bahia
Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
Universidade Federal da Bahia

Lauana Vilaronga Cunha de Araujo – Avaliadora

Universidade do Estado da Bahia
Doutora em Artes Cênicas
Universidade Federal da Bahia

**SALVADOR/BA
JULHO DE 2025**

AGRADECIMENTOS

Mais do que agradecer, é honrar cada gesto que me fez chegar até aqui.

Ao longo desses quatro anos de graduação, enfrentei inúmeros desafios que, por vezes, pareceram intransponíveis. No entanto, com fé, esforço e apoio, fui capaz de superá-los. Por isso, início estes agradecimentos expressando minha profunda gratidão a Deus, por ter me permitido realizar um sonho que, diante das circunstâncias e limitações que enfrentei, parecia impossível. Sem Ele, certamente eu não teria percorrido nem metade do caminho. Agradeço aos meus pais, Egildo Ferreira e Aurenita Maria Ferreira, que, mesmo à distância, sempre demonstraram preocupação, carinho e apoio nas formas que lhes foram possíveis. À minha irmã, Fabiana Ferreira, com quem convivi ao longo desses quatro anos, sou especialmente grata por assumir grande parte das responsabilidades financeiras da casa, permitindo que eu pudesse me dedicar plenamente aos estudos.

Estendo minha gratidão aos colegas de classe, que tornaram essa caminhada mais leve, colaborando para que a rotina acadêmica fosse mais acolhedora e compartilhada. Aos professores que contribuíram para minha formação ao longo do curso, deixo meu sincero reconhecimento por todo conhecimento transmitido e pelo papel essencial que desempenharam em minha trajetória. Em especial, agradeço ao professor Adson Bastos, cuja aula e indicação de leituras foram decisivas para a escolha do tema desta pesquisa, após diversas tentativas frustradas. Sua orientação sensível, compreensiva e respeitosa facilitou meu processo de escrita e me deu confiança para seguir. Também sou grata ao professor João Danilo, meu orientador no componente TCC I, que me ajudou a compreender a importância de uma escolha temática significativa, sempre me incentivando e orientando com paciência e atenção.

Por fim, e mais importante, meu mais profundo agradecimento vai para o meu namorado, Osnan Souza, que esteve ao meu lado desde antes do ingresso na universidade, sendo parte significativa para essa entrada, me ajudando e me incentivando nos estudos. Ao longo desses quatro anos, ele me apoiou em todas as etapas dessa jornada, oferecendo ajuda constante e incondicional. Talvez sem sua presença e suporte, essa conquista não teria sido possível da forma como foi.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa realização, o meu muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, e tem como objetivo analisar as relações de trabalho enfrentadas pelo corpo docente da rede municipal de Salvador, esmagadoramente feminino, durante as gestões de Antônio Carlos Magalhães (ACM) Neto e Bruno Reis, entre os anos 2013-2025. Este estudo examina as formas de ingresso das professoras, o regime de trabalho e os impactos causados na sua saúde física e mental. Do mesmo modo, são investigadas as lutas empreendidas durante esse período, bem como as suas demandas, obstáculos e conquistas. Para tanto, foi analisado um corpus documental diverso, formado pelos Diários Oficiais do Município, informações contidas na base *online* da prefeitura, pesquisas feitas por órgãos estatais e os principais jornais da cidade. Assim, foi possível vislumbrar a configuração do quadro profissional e a organização e distribuição das escolas e turmas da rede. Igualmente, foi factível captar as principais formas de ingresso dessas educadoras, os seus desafios cotidianos, suas inquietações e formas de organização e a atual política. Trata-se, com efeito, de uma pesquisa que apreende a educação no mundo do trabalho e centra luz sobre a precarização vivenciada por docentes, dando atenção aos seus efeitos em sua saúde física e mental, ao mesmo tempo que dá ênfase às formas de reivindicações elaboradas por essas trabalhadoras.

Palavras-chave: Precarização; Luta por Direitos; Adoecimento Docente.

ABSTRACT

This research is qualitative in nature and aims to analyze the work relationships faced by teaching staff in the municipal network of Salvador, overwhelmingly female, during the administrations of Antônio Carlos Magalhães (ACM) Neto and Bruno Reis, between 2013 and 2025. This study examines the teachers' entry into the workforce, their work regime, and the impacts on their physical and mental health. It also investigates the struggles they faced during this period, as well as their demands, obstacles, and achievements. To this end, a diverse body of documentation was analyzed, consisting of the Municipal Official Gazettes, information contained in the city's online database, research conducted by state agencies, and the city's main newspapers. This enabled us to visualize the configuration of the professional staff and the organization and distribution of schools and classes within the network. It was also possible to capture the main entry pathways for these educators, their daily challenges, their concerns, organizational structures, and current policy. This research examines education in the world of work and sheds light on the precariousness experienced by teachers, focusing on its effects on their physical and mental health, while also emphasizing the forms of self-declaration these workers make.

Keywords: Precariousness; Fight for Rights; Teacher Illness.

ABREVIACÕES

- **ACM Neto:** Antônio Carlos Magalhães Neto
- **AEE:** Atendimento Educacional Especializado
- **APLB-BA:** Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Secção da Bahia
- **CNTE:** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- **CTB:** Central de Trabalhadores do Brasil
- **DOM:** Diário Oficial do Município
- **EJA:** Educação de Jovens e Adultos
- **ENEM:** Exame Nacional do Ensino Médio
- **FGV:** Fundação Getúlio Vargas
- **IDEB:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- **INEP:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- **ISS/Unifesp:** Instituto de Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo
- **MEC:** Ministério da Educação
- **PAAP:** Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico
- **PNE:** Plano Nacional de Educação
- **PRP:** Programa de Residência Pedagógica
- **REDA:** Regime Especial de Direito Administrativo
- **SAEB:** Secretaria da Administração do Estado
- **SEC-BA:** Secretaria de Educação da Bahia
- **SEMGE:** Secretaria Municipal de Gestão
- **SMED:** Secretaria Municipal de Educação
- **STF:** Supremo Tribunal Federal
- **TCC:** Trabalho de Conclusão de Curso
- **TJ-BA:** Tribunal de Justiça da Bahia
- **UNEB:** Universidade do Estado da Bahia
- **UNIFESP:** Universidade Federal de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Temporários x Concursados - Número de professores por tipo de contratação, na rede estadual (em milhares).....	27
Figura 02: Precarização da Profissão Docente.....	30
Figura 03: Professores da rede municipal de Salvador em protesto na da Praça Campo Grande.....	33
Figura 04: Professores em protesto pelo cumprimento do piso salarial do magistério pelas ruas do centro de Salvador.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Sistematização dos processos seletivos entre os anos 2015-2025	23
Tabela 02: Quadro de paralisações, manifestações e greves (2013-2025)	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	
Ingresso e regime de trabalho.....	19
CAPÍTULO II	
Greves & questão salarial.....	31
CAPÍTULO III	
Trabalho e Saúde.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

É comum as pessoas perguntarem às crianças o que elas desejam ser quando crescerem. Desde muito nova, minha resposta sempre foi a mesma: professora. Eu admirava profundamente as minhas professoras e me inspirava nelas. Grande parte das brincadeiras em casa com meus irmãos e amigos envolvia uma sala de aula, e, quase sempre, eu fazia questão de ser a “pró”. A partir da adolescência, o ato de ensinar esteve cada vez mais presente na minha vida. Fui criada na igreja evangélica e, por lá, passei a atuar como professora das crianças nas escolas bíblicas e nos cultos de ensino. Mais adiante, participei de projetos sociais cuja função principal era justamente a de ministrar palestras para o público infantil. Pouco tempo depois, comecei a dar aulas de reforço escolar em casa e tive a oportunidade de alfabetizar várias crianças. Foi nesse momento que a vontade de cursar Pedagogia se fortaleceu. Eu gostava do que fazia — sempre gostei de lidar com os pequenos.

Até essa fase, acreditava na ideia — amplamente disseminada, mas equivocada — de que ensinar é uma questão exclusivamente de vocação e talento, e que a docência deve ser exercida, acima de tudo, por amor. Era a carreira com a qual eu mais me identificava, e não me via atuando em outra área. Quando prestei vestibular e consegui ingressar na universidade, logo surgiu a minha primeira experiência em sala de aula regular. Estava no segundo semestre e atuei como estagiária em uma escola particular. No entanto, em tal posição, não assumimos turmas nem temos as mesmas vivências de uma professora regente. A função estava mais relacionada ao acompanhamento das crianças: levá-las ao banheiro, à cantina, acompanhar o intervalo, auxiliar nas tarefas, entre outras atividades. Ainda não era possível compreender, na prática, a complexidade do trabalho docente. Pelo menos, essa foi a minha experiência e sensação.

Posteriormente, atuei como professora no programa Universidade para Todos (UPT), oferecido pela Secretaria de Educação da Bahia (SEC-BA), por meio da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O programa é voltado à preparação de jovens e adultos para vestibulares, sobretudo o ENEM e o da própria UNEB. Essa foi minha primeira experiência lecionando para uma turma após ingressar na universidade. Embora muito diferente da educação básica dos anos iniciais, essa vivência consolidou ainda mais minha identificação com a docência — a ponto de eu considerar, inclusive, cursar uma segunda graduação, dessa vez em Letras.

A partir de então, novas oportunidades surgiram. Iniciei como voluntária no Programa de Residência Pedagógica (PRP), também oferecido pela UNEB. Durante 18 meses, visitávamos, uma vez por semana, uma escola da rede estadual. Lá, eu não atuava diretamente

em turmas regulares, mas na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Mesmo assim, era possível perceber a realidade escolar de perto. Frequentemente ouvíamos os relatos de professores com anos de carreira. Em diversas ocasiões, participamos de atividades em salas regulares e sempre nos deparávamos com as queixas: “alunos violentos”, “salas abafadas e superlotadas”, “falta de recursos”, “estamos sobrecarregados”, “não aguento mais essa rotina” — eram falas recorrentes.

Paralelamente, comecei a assumir uma turma do 5º ano do ensino fundamental em uma escola particular. Foi a partir dessa experiência que passei a compreender, de forma mais concreta, os desafios da docência — especialmente em relação à questão salarial e às condições de trabalho. Ministrava sete disciplinas, de segunda a sexta-feira, por um valor mensal de R\$ 700,00. Nos fins de semana, grande parte do meu tempo era dedicada ao planejamento de aulas, elaboração de atividades, provas e revisões. O lazer quase não existia. O sentimento de desvalorização e exaustão começou a tomar conta de mim. Com um salário tão baixo, era impossível manter as despesas, o que me obrigava a buscar outras fontes de renda. Isso resultava em uma sobrecarga ainda maior. Diante disso, comecei a me questionar se realmente havia feito a escolha certa ao optar pela docência. Vale ressaltar que a minha saída da referida unidade escolar se deu após eu sofrer assédio da gestora e pedir demissão.

Infelizmente, não é incomum ver profissionais da educação desistindo da carreira ao se depararem com a dura realidade da profissão — mesmo aqueles que, como eu, sempre idealizaram esse caminho. Quando o trabalhador se sente desvalorizado, o trabalho perde o sentido, e aquilo que antes era a realização de um sonho passa a ganhar um novo significado, muitas vezes associado ao sofrimento. Como afirma Tânia Maria Araújo (2003, p. 4): “o que era a realização de um sonho emerge um novo significado [...] estando este mais próximo de produzir sofrimento”.

De acordo com a autora já mencionada, a desvalorização profissional pode provocar alterações biológicas e psíquicas entre os docentes — algo que, infelizmente, torna-se cada vez mais evidente na realidade das escolas públicas e privadas no Brasil. A autora ainda afirma que as precárias condições salariais têm persistido e impactado de forma significativa tanto a renda quanto a qualidade de vida dos profissionais da educação ao longo dos anos, em particular na Bahia, realidade estudada nesta pesquisa. Além disso, essa realidade, somada a outros fatores adversos do ambiente de trabalho, pode gerar consequências tanto físicas quanto psicológicas para os docentes.

Sentir-se satisfeito e realizado com o trabalho que se exerce é um dos pilares fundamentais para o bom desempenho profissional. É difícil ser grato por uma atividade que

causa mal-estar e sofrimento. Desenvolver afeto pelo ofício e ajustá-lo às próprias demandas e expectativas é essencial. Quando a função desempenhada deixa de atender às necessidades do trabalhador, ela se torna cansativa, desestimulante e, em muitos casos, pode levar ao sofrimento emocional e até ao adoecimento.

Nesse contexto, Assunção e Oliveira (2009) afirmam que existe a possibilidade de o trabalhador negociar e criar estratégias para reorganizar o trabalho, buscando ajustá-lo às suas próprias necessidades. No entanto, quando essa alternativa não se concretiza é possível aumentar a vulnerabilidade e o adoecimento. As autoras acentuam ainda que a falta de flexibilidade e as dificuldades para ajustar o trabalho às suas condições podem desencadear sofrimento psíquico, deixando o indivíduo emocionalmente fragilizado, e esse sofrimento pode se manifestar de diferentes formas, desde sentimento de frustração e insatisfação até estados mais intensos, como angústia generalizada, culpa e sensação de fracasso

Após todas as vivências anteriores em sala de aula, tive a oportunidade de participar do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP), promovido pela Prefeitura de Salvador, cujo foco seria contribuir com o processo de alfabetização nas escolas municipais. Durante minha atuação no projeto, houveram diversas situações em que precisei assumir a turma na ausência da professora titular. Essa experiência foi marcante e bastante diferente de tudo o que eu havia vivido até então. Foi nesse cenário que pude perceber, de maneira clara e concreta, os desafios cotidianos enfrentados pelos professores da rede pública. O desgaste físico e emocional, a sobrecarga de atividades, as salas cheias e barulhentas, a indisciplina constante dos alunos, os espaços pequenos e mal ventilados — tudo isso passou a fazer parte da minha rotina.

Imediatamente me recordei do texto indicado por um professor, que retrata com profundidade e sensibilidade os obstáculos da prática docente. A conexão com a leitura foi tão forte e instantânea que não tive dúvidas: esse seria o tema central da minha escrita. Aos poucos, mesmo antes de concluir minha graduação, percebi que estava perdendo uma identidade profissional que ainda estava em formação. As experiências intensas e desafiadoras vividas em um curto espaço de tempo me causaram espanto, desânimo e, em muitos momentos, me levaram a questionar a escolha pela docência. Toda a imagem idealizada que eu havia construído antes mesmo de entrar na universidade começou a se desfazer diante das frustrações enfrentadas em sala de aula.

No artigo *A identidade do professor: desafios colocados pela globalização*, de Cardoso, Batista e Graça (2016, p. 2019, p. 11) destacam que “a aprendizagem de 'ser professor' vai para além de aprender a 'saber ensinar'. Trata-se de aprender a 'ser alguém que ensina'”. Para que

isso ocorra de forma efetiva, é essencial que o profissional se reconheça em sua função, sintase pertencente à categoria e perceba sentido em sua prática. No entanto, sentimentos como tristeza, cansaço, insatisfação e adoecimento podem levar até mesmo excelentes profissionais a perderem sua identidade docente — um elemento fundamental para que o educador se mantenha motivado e comprometido com o que faz:

inferir que a identidade do professor é um conceito complexo e disputado que envolve fatores normativos, cognitivos e emocionais, nos quais se encontram valores pessoais e profissionais que, por sua vez, expressam a motivação, a atitude e o compromisso com que os professores enfrentam o seu trabalho” (CARDOSO; BATISTA; GRAÇA, 2019, p. 11).

Diversas pesquisas vêm apontando um crescimento preocupante no número de professores afastados por questões de saúde. Entre os principais problemas relatados estão transtornos vocais, perda auditiva, doenças osteomusculares e transtornos mentais — todos com impacto direto na qualidade de vida desses profissionais. Esses dados, somados a inúmeros relatos, revelam uma realidade complexa, na qual o adoecimento físico e psicológico afeta significativamente a prática docente decorrente de uma precarização intensa no seu trabalho. Relatos de professores indicam que tais enfermidades não atingem apenas o indivíduo, mas também refletem no ambiente escolar, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem e prejudicando as relações interpessoais dentro da escola. A saúde fragilizada do educador repercute em toda a dinâmica escolar.

Diante desse cenário, diferentes setores da sociedade têm reconhecido a gravidade do problema e buscado formas de discutir e enfrentar essa questão. Eventos, levantamentos de dados e reportagens vêm sendo realizados com o intuito de ampliar a conscientização. Além disso, há uma produção significativa de trabalhos acadêmicos — artigos, dissertações e teses — que abordam as condições de trabalho e a saúde do professor (Reimberg, 2023; Santos, 2023; Clot, 2021; Nunes; Cardoso; Souza, 2020; Souza; Leite, 2011; Amado, 2000).

Aparecida Souza e Márcia Leite já destacavam, em 2011, que os debates envolvendo a saúde e as condições de trabalho dos professores haviam avançado de maneira expressiva ao longo da década anterior. Segundo as autoras, esse progresso se refletia também em importantes desenvolvimentos teóricos sobre o tema (SOUZA; LEITE, 2011, p. 117).

Em *Saúde dos professores da rede municipal de Guanambi-BA*, Fábio Flores (2020, p. 177) aponta que a relação entre saúde e doença no contexto laboral está profundamente entrelaçada com a vivência do trabalho e com as circunstâncias em que ele é desempenhado. Reflexões nessa mesma linha são feitas por Silva e Fischer (2023, p. 35), que observam o quanto

se torna desafiador discutir a interface entre saúde e trabalho quando os docentes são o foco das análises, dada a complexidade e especificidade da realidade enfrentada por esses profissionais:

além de remeter a um universo marcado por condições de trabalho cada vez mais precárias e de colocar em perspectiva uma ampla diversidade de níveis, modalidades, sistemas de ensino e tipos de vínculos distintos, a discussão desse tema remete a questões mais profundas que envolvem, por exemplo, o papel do Estado diante das suas próprias relações de trabalho, já que ele próprio se constitui em um dos maiores contratantes do trabalho docente.

Assim, os estudos que abordam o universo do trabalho docente têm buscado lançar luz sobre aspectos centrais como saúde, direitos trabalhistas, cidadania e dignidade no exercício da profissão. Este trabalho insere-se nesse campo de investigação. Trata-se, com efeito, de uma pesquisa que visa analisar as relações de trabalho enfrentadas pelas professoras da rede municipal de Salvador, bem como os impactos à sua saúde, durante as gestões de Antônio Carlos Magalhães (ACM) Neto e Bruno Reis (2013-2025).

A ascensão do primeiro à prefeitura de Salvador marca um novo cenário para a política soteropolitana, inclusive na área da Educação. É uma administração que tem prosseguimento com o atual gestor, o qual foi o seu vice e constitui seu apadrinhado político. Estamos na presença de um período marcado por mudanças na forma de ingresso docente: em meio a diversos editais para contratação temporária de professoras, encontramos apenas um processo seletivo para docentes efetivos. Do mesmo modo, são anos que visualizaram sucessivas paralisações, passeatas, greves e outras formas de reivindicação por parte do professorado.

Há uma semana (18 de julho de 2025) encerrou-se uma greve que durou 74 dias, na qual as professoras exigiam o pagamento do piso salarial¹. Nesse período, as docentes e os seus aliados enfrentaram a justiça estadual e federal, que declararam o movimento ilegal, agressões verbais de parlamentares e uma narrativa distorcida da grande imprensa baiana. Portanto, este estudo – longe de ser um manifesto político-ideológico – pode ser vislumbrado como um exercício de exame e reflexão sobre o quadro da educação municipal de Salvador, como se constitui o seu corpo docente, os desafios enfrentados e as lutas travadas. Durante esta pesquisa, foi possível ainda vislumbrar como as professoras e suas demandas eram tratadas pela prefeitura.

¹ O valor mínimo que um professor da educação básica pode receber no Brasil, definido pela Lei nº 11.738/2008. Piso Salarial Profissional Nacional do magistério público da educação básica foi reajustado em 6,27%. O valor mínimo definido pelo Ministério da Educação (MEC) para o exercício de 2025 é de R\$ 4.867,77 para a rede pública de todo o país, com jornada de 40 horas semanais. A Portaria nº 77/2025, que define o novo piso salarial dos professores da educação básica, foi publicada nesta sexta-feira, 31 de janeiro de 2025, no Diário Oficial da União (DOU). Como os salários dos professores são pagos pelas redes de ensino, cada estado e município precisa oficializar o valor por meio de norma própria.

É válido ressaltar que a ênfase na terminologia “professora” se dá pela configuração do quadro profissional que atua nas unidades escolares da cidade. Como veremos no primeiro capítulo, as mulheres somam mais de 86% do total de educadores. Nesse sentido, parece justo e prudente – embora sem nenhum proselitismo – utilizar a categoria de palavra feminina como uma forma de evidenciar e enfatizar um elemento que não é trivial.

Assim, algumas indagações foram feitas para nortear e problematizar os caminhos da pesquisa: como se configura o corpo docente da rede municipal de Salvador? Como se constitui, em números, as turmas e unidades de ensino? Como têm se caracterizado os meios de ingresso e o regime de trabalho impostos pela prefeitura no período traçado? De que maneira os desafios enfrentados pelos professores e pelas professoras têm impactos em sua saúde? E, por fim, quais as reivindicações e formas de lutas empreendidas pelo professorado municipal? Essas questões foram discutidas e analisadas ao longo de três capítulos.

Esta pesquisa busca dialogar com os estudos que pensam o exercício da docência como uma atividade pertencente ao mundo do trabalho; que concebem a Educação em intercâmbio com outras áreas do conhecimento, como a Filosofia, a História e a Psicologia, e a partir de uma análise da conjuntura política e econômica do país. Um grande exemplo são as análises de Demerval Saviani, que, ao examinar os múltiplos assuntos acerca da educação brasileira, busca apreender como determinado fenômeno se comportou ao longo do tempo, as permanências e transformações. Por meio de uma visão que privilegia a tensão no campo das ideias, na esfera política e jurídica, o autor nos possibilita uma compreensão mais requintada e aguda sobre a temática abordada. Ao discutir a *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*, Saviani (2009, p. 53) é cirúrgico quando afirma que:

A questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos.

O filósofo nos provoca, ao acentuar a contradição em se discutir didática, inclusão, alfabetização, formação docente, atuação do professor em sala de aula, bem como outras problemáticas cara à Educação, se não levarmos em consideração, em nossas reflexões as forças em jogo na sociedade, a política econômica vigente no país. Como falar em educação, sem trazer para o centro do debate, por exemplo, as medidas liberais de congelamento e corte de gastos, isto é, investimento público, que afetam justamente a educação? É possível falar de

exercício da docência, sendo indiferente com a desvalorização salarial do professor? “Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante” (SAVIANI, 2009, p. 53).

De maneira semelhante, Wanderley Codo (1999) nos relata, haveria uma complexa relação entre o bem-estar do professor e a qualidade do processo de ensino, porquanto o fazer docente não está relacionado apenas à competência profissional, mas também em estabelecer uma conexão de afetuosidade com o seu trabalho. Para se obter resultados significativos no processo de ensino-aprendizagem, é necessária a paciência e a cordialidade, sobretudo nos anos iniciais, no entanto, a ausência de estabilidade emocional e física pode implicar diretamente na originalidade dos professores, forçando-os a trabalhar amargurados e descontentes.

Seria indispensável haver afeto e exultação na prática pedagógica e, para desenvolver tais sentimentos, é necessário que toda a conjuntura seja favorável. Um cenário onde o professor sofre de cansaço e desgosto intenso não pode propiciar satisfação nem desconforto: “rápido o professor aprende que as relações sociais no trabalho podem facilitar ou obstaculizar o seu querer fazer” (CODO, 1996, p. 78).

Ademais, alguns autores têm empregado forças também para examinar os infortúnios enfrentados pelos professores dentro da escola, que acontecem de diversas maneiras: vão desde os problemas interpessoais, com os próprios colegas de trabalho, como os de infraestruturas, falta de recursos básicos e assistência na sala de aula, além dos contratempos com as famílias e a comunidade externa. Contar com essas contrariedades impede o docente de ser quem ele realmente queria ser e fazer o que, de fato, gostaria de fazer.

Nas palavras das professoras Assunção e Oliveira (2009, p. 363), “a atividade impedida ou contrariada também requer esforços internos ao indivíduo e pode gerar riscos de adoecimento”. Por vezes, o educador se sente limitado e sem apoio, podendo chegar, inclusive, a ponto de questionar a sua capacidade e competência. Seria costumeiro os professores desenvolverem sentimento de culpa e impotência quando sentem que não alcançaram os seus objetivos. Essa consternação é capaz de gerar decepções e angústias profundas a ponto de muitos entrarem em quadro de depressão, nervosismo, cansaço mental, além dos problemas físicos.

Partindo dessa perspectiva, Araújo (2003) enfatiza que, quando o trabalho não é realizado da mesma forma como foi planejado, a tendência é o profissional se frustrar e o ambiente de trabalho passa a ser um lugar de padecimento e agonia, o que leva ao desgaste e ao sofrimento profundo. A autora vê o mal-estar do educador como decorrência das más condições em que executa o seu trabalho e esses resultados podem afetar diretamente a identidade do servidor: “o conjunto de complicações que os professores enfrentam os colocam em uma crise de identidade

tão profunda que os docentes chegam a perder o sentido da profissão e se arrepender da escolha profissional que tomou. Lidar com os impasses presentes no meio escolar pode desencadear sequelas insanáveis.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em três capítulos. No primeiro, meu foco é examinar a configuração do quadro docente do município de Salvador, bem como as formas de seleção do professorado, dando destaque ao Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), modalidade privilegiada pelas gestões ACM Neto e Bruno Reis; no segundo capítulo a atenção é voltada para a análise das greves e outras formas de protestos do professorado e da questão salarial, de longe o ponto de reivindicação mais estridente e que perpassa todas as mobilizações ao longo dos anos. É lícito destacar, desde já, que a questão salarial não foi refletida aqui a partir de uma perspectiva reducionista ou economicista: o salário é um dos pilares da qualidade de vida e trabalho de professores e professoras. No último, é dada ênfase maior nas relações de trabalho e saúde, embora sejam temáticas que aparecem de maneira transversal e privilegiada durante todo o texto.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. Para Guba e Lincoln (1994), a pesquisa que adota o referido método, o corpus fazem referência ao contexto, além de fornecerem uma visão rica do comportamento humano. Além disso, esse método permite-me compreender os sujeitos participantes como seres históricos, além de analisar e caracterizar as condições nas quais ocorre o processo investigativo e, não somente, seus resultados e possíveis produtos (TRIVIÑOS, 2007).

Este estudo centra luz em um objeto que ainda não foi alvo da atenção que merece, devido à sua importância: as condições de trabalho das professoras da rede municipal de Salvador, os impactos que os desafios enfrentados causam à sua saúde e as suas formas de luta por direitos. Para tornar esta pesquisa exequível, além de me debruçar numa literatura pertinente ao tema, concentrei forças em uma análise documental. Busquei nas bases de dados *online* da prefeitura de Salvador informações acerca do quadro docente e discente, número de escolas e divisão por turmas; pesquisei ainda nas edições do *Diário Oficial do Município* (DOM), bem como em outras plataformas, editais para seleção de professores.

Assim, pude sistematizar a quantidade de processos seletivos, número de vagas oferecidas e as modalidades de ingresso, desde o ano de 2013. Por fim, mapeei informações sobre as demandas e métodos de luta dos professores nos principais jornais da cidade, como *GI Bahia*, *Bahia Notícias*, *A Tarde*, *Jornal Correio*, *IBahia*, dentre outros. Nesses veículos, foi possível encontrar, além das notícias cotidianas, depoimentos de professores, de autoridades políticas e sindicais, dados estatísticos, números referentes à educação e informações acerca das condições de trabalho das professoras. Do mesmo modo, sistematizei as atividades reivindicatórias das docentes, passeatas, paralisações, greves, etc., e as demandas, no período de 13 anos.

É pertinente acentuar que, embora a análise tenha como recorte geográfico Salvador, tendo em mente que a precarização da Educação é um fenômeno nacional, na medida do possível, refletimos o cenário político do país e olhamos para outras cidades que vivenciam situação semelhante à capital baiana. Assim, acredito, foi possível construir um estudo crítico e reflexivo.

A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa documental. Nas palavras de Schmidt Godoy (1995, p. 21), “representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas”. Lunetta e Guerra (2023, pp. 153-154) pontuam que as pesquisas documental e bibliográfica se assemelham e locupletam, embora tenham significativas diferenças: “o processo de desenvolvimento da pesquisa

documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, mas é importante destacar que as fontes são mais diversificadas e dispersas”. Enquanto o método pautado na revisão literária, no campo da educação, “permite ao pesquisador analisar conhecimentos já estudados e adquirir novos conhecimentos sobre o assunto pesquisado”, o documental, “desempenha um papel fundamental na sociedade, pois revela descobertas deixadas ao longo do tempo”.

CAPÍTULO I

INGRESSO E REGIME DE TRABALHO

Não dá para contar com nada. Tem muito professor doente, tem muito professor se afastando, porque realmente é algo que desgasta mentalmente, fisicamente, psicologicamente. Não dá para assumir nenhuma dívida a longo prazo. É muito frustrante, porque conquistei muitas coisas trabalhando das 7h às 23h, muita luta mesmo, para chegar ao fim do contrato e não ter nenhuma estabilidade.

Liliane Cristina

Professora temporária da rede estadual de São Paulo.

Eu amo ser educadora. Mas meu contrato atual está acabando, aí já comecei a comprar produtos para trabalhar no salão de beleza.

Nelci Pereira

Professora temporária da rede estadual do Mato Grosso.

Os fragmentos acima são de relatos de duas professoras, de diferentes estados do Brasil, que, na verdade, compõem um quadro mais amplo e dinâmico de queixas e reclamações de significativa parcela dos docentes do país. São palavras que evidenciam frustração e desesperança com a profissão e que apontam para dois problemas centrais para o trabalho dos educadores: precarização, manifestada sobretudo na instabilidade e insegurança (juntamente com a baixa remuneração); e os seus impactos na saúde. Duas mulheres, uma da região Sudeste; outra, do Centro-Oeste. Ambas trabalhando como professoras temporárias na rede pública de ensino e cheias de incertezas quanto ao seu futuro, já que a cada dia que passa o fim do contrato se torna mais iminente. A situação vivenciada por Liliane Cristina e Nelci Pereira é muito eloquente para os nossos propósitos nesta pesquisa e nos ajuda a compreender os desafios enfrentados pelas professoras em Salvador.

A rede municipal de ensino de Salvador é constituída por cerca de 8.281 professores. Desse montante, 7.168 (um pouco mais de 86,5%) são mulheres; e 1.113 homens (algo em torno de 13,4%). De imediato, constatamos uma maioria feminina esmagadora perfazendo esse segmento da classe trabalhadora da capital baiana. São dados da Secretaria Municipal de Educação (SMED, 2025), disponibilizados no seu portal *Educação em Números*. Ainda conforme os dados da Prefeitura, esses trabalhadores atuam em cerca de 420 escolas e são responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem de 115.621 alunos.

Das quatro centenas de unidades de ensino, 95 são Centros Municipais de Educação Infantil. Embora a página não nos possibilite esquematizar as outras categorias de ensino por escola, as apresenta por turmas. Há, assim, espalhadas por toda a cidade 491 turmas de creches;

792 turmas de pré-escola; 3.214 turmas do Fundamental I e 975 do Fundamental II. Enquanto isso, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) I conta com 294 turmas, e a EJA II, 186 (SMED, 2025). É importante ter em mente que um profissional pode atuar, não raramente, em mais de uma unidade ou categoria de ensino.

No entanto, é ainda notável a ausência de outros elementos nos dados disponibilizados pela secretaria: número de alunos com deficiência e especialidades; classificação do corpo docente por idade e raça; e o percentual de professores efetivos ou sob o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Para tentar ter a dimensão sobre este último ponto, foi necessário recorrer a outras fontes. Uma busca por editais de concursos para professores para o município nos últimos treze anos possibilitou a apreensão de que, no período, apenas um processo seletivo ofertou vagas para o quadro de docentes efetivos. Os outros quatro tinham caráter de contratação simples, emergencial e temporária.

Iniciamos nossas buscas a partir de 2013. Neste ano, assumiu a administração municipal Antônio Carlos Magalhães (ACM) Neto. As eleições seguintes proporcionaram a sua reeleição e a vitória do seu apadrinhado político e colega partidário, Bruno Reis. Na verdade, este último foi vice-prefeito durante o segundo mandato de ACM Neto (2017-2020). Nesse sentido, embora não se trate de uma gestão homogênea, é possível visualizar uma continuidade da lógica política. De todo modo, naquele ano de 2013 foram convocados 500 candidatos de um concurso público realizado em 2010, para ocupar as vagas de professores e coordenadores pedagógicos (G1, 6 jun. 2013. Ver também: SEPLAG, Edital 01, 2010). As convocações continuaram no ano seguinte. Para sermos exatos: “foram chamados 88 professores da educação infantil, 26 de história e 23 de geografia” (SEMGE, 2014). No entanto, é possível inferir que a rede municipal de ensino ainda carecia de professores.

Após a convocação dos candidatos aprovados em 2010, a gestão municipal seguiu aplicando outras formas de contratação de docentes. Em 2015, as 1057 vagas oferecidas foram sob REDA. Dizia o edital: “esta seleção é válida por um ano, mas pode ser prorrogada, a critério da Administração Municipal” (Diário Oficial do Município - DOM, 17 jul. 2015). Não se encontra informação sobre contratação de professores entre os anos de 2016 e 2017. Mas em 2018, o Processo Seletivo Simplificado (Edital N° 06/2018) promove 58 vagas para professores da Educação Infantil e de diversas disciplinas do Ensino Fundamental. Como de praxe, lia-se no documento: “o prazo de validade do Processo Seletivo é de 02 (dois) anos, contados a partir da data da publicação da Homologação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período” (DOM, 18 set. 2018 / Edital N° 06/2018).

Em março de 2019, sob a gestão da Fundação Getúlio Vargas (FGV), há a “realização do

Concurso Público para preenchimento de vagas efetivas do quadro permanente da Prefeitura Municipal do Salvador, bem como a formação de cadastro reserva no período de vigência do concurso público para cargo de Nível Superior” (FGV, 2019. EDITAL N°002, 2019). Na ocasião, foram ofertadas 150 vagas e os trâmites burocráticos estenderam-se até setembro de 2022.

Já em 2023, voltamos à contratação por meio do REDA, em que se ofertam vagas temporárias para professores de inglês. Dizia o edital: “o prazo de validade do processo seletivo é de dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período” (SEMGE, PROCESSO SELETIVO N° 07/2023). Anuncia-se, no ano seguinte, 100 vagas para professores: “o candidato será contratado por um período de 03 (três) anos, podendo ter o seu contrato prorrogado por até igual período, a critério da Administração”. Entre o final de 2024 e início de 2025, mais 100 vagas para professores são disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Gestão em um processo seletivo demasiado simplificado, “constituído de uma única etapa, que será a avaliação de títulos, com caráter eliminatório e classificatório”. Teria a contratação um caráter “temporário e excepcional” e com a duração de dois anos, “podendo ser prorrogada uma única vez por igual período” (Diário Oficial do Município, 17 dez. 2024. EDITAL N° 07/2024). A tabela a seguir busca sistematizar esse quadro. Algo a se notar é que o número de vagas disponibilizadas no concurso efetivo equivale a 10% do total de vagas oferecidas no processo seletivo anterior, sob REDA:

Tabela 01: Sistematização dos processos seletivos entre os anos 2015-2025

ANO	MODALIDADE	N° DE VAGAS	DURAÇÃO
2015	REDA	1057	Um ano
2018	REDA	58	Dois anos
2019	Efetivo	150	Efetivo
2023	REDA	100	Três anos
2024-2025	REDA	100	Dois anos

FONTE: Autoria própria

Em poucas palavras, na gestão ACM Neto-Bruno Reis, em 13 anos, realizou apenas um concurso para contratação efetiva de professores. O modo como a contratação de professores vem sendo empreendida pela Prefeitura de Salvador chamou atenção de um grande veículo da imprensa baiana, o qual encabeçou numa reportagem de janeiro de 2025 um título que indica evidente indignação: *Virou esculhambação: Criado para emergências, modelo REDA sai da exceção e vira regra na administração pública*. A matéria denunciava a banalização do REDA

como um mecanismo de seleção e contratação de docentes no estado da Bahia, sobretudo na capital. Com efeito, trata-se de uma ferramenta utilizada por diversos setores e departamentos da administração pública, mas que se encontra de maneira mais veemente na Educação:

A área é uma das mais afetadas nessa vulgarização do REDA, seja na administração municipal ou estadual. Na rede municipal de ensino, por exemplo, o total de professores substitutos contratados por esse modelo especial equivale a mais de 30% do total de professores efetivos, selecionados via concurso público. Dados do Portal da Transparência, analisados pela reportagem, apontam que enquanto 6.060 professores efetivos e 610 coordenadores são concursados, outros 2.150 professores substitutos e 90 coordenadores pedagógicos são REDA (*Metro 1*, 23 jan. 2025).

Se o teor da matéria evidencia grande insatisfação, a política adotada pelo município para contratação de profissionais da educação, sobretudo docentes, revela notável negligência para com a educação e os trabalhadores. O período estipulado por cada REDA impossibilita a criação de qualquer tipo de vínculo concreto com a instituição e com os próprios alunos.

A educadora que é aprovada num processo seletivo com a duração de um ou dois anos se vê desassossegada e obrigada a se preparar para outras (e melhores) oportunidades. Sabemos, além disso, que a professora convocada sob tal modalidade não tem os mesmos direitos e garantias dos servidores efetivos. Com salários menores, a educadora precisa aumentar a carga horária de trabalho, buscando outras unidades, sejam da rede pública, sejam particulares, ou mesmo outras disciplinas para lecionar.

Estamos, portanto, na presença de uma sistemática precarização das condições de trabalho de tal categoria. Silva e Oliveira (2019, p. 96) enfatizam que a “temporariedade do contrato, fenômeno amplamente utilizado no setor privado, em consonância com a acumulação flexível, representa uma das principais perdas trabalhistas para esses servidores contratados em REDA”. Assim, tem razão o sindicalista Jaílton Andrade ao classificar a contratação de pessoal por esse regime como sub-trabalho: só não é mais precário que o trabalho informal” (*Metro 1*, 23 jan. 2025). É uma denúncia em consonância com os argumentos do mencionado jornal:

Os críticos dessa banalização citam como exemplo a Educação, cuja atividade não é temporária e depende de estabilidade para garantir a qualidade da formação da população. O vínculo frágil do REDA permite que eles sejam desligados a qualquer momento, pondo em questão a valorização do corpo docente e a continuidade do trabalho educacional (*Metro 1*, 23 jan. 2025).

Os já mencionados Silva e Oliveira (2019, p. 93) analisaram um conjunto de *Relatórios sobre as contas do Chefe do Executivo* da Bahia, elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado,

e notaram que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) foi, justamente, a principal pasta responsável pela contratação de servidores por meio do REDA, entre os anos 2013 e 2017 (uma baliza temporal que se assemelha, por sinal, à traçada por mim). No período, houve um aumento de 396,02% na contratação de profissionais da educação a partir de tal modalidade, “indicando, portanto, um aumento da flexibilização da contratação de professores e servidores do setor educacional”.

O exame realizado pelos dois pesquisadores indica que a negligência com a educação e com os educadores na Bahia, verificada na ausência de uma política séria e comprometida para a contratação e acolhimento desses profissionais, não é algo peculiar à secretaria municipal. Com efeito, a pasta do governo do estado da Bahia utiliza o mesmo método como processo seletivo. Trata-se de uma reflexão que pode ser visualizada em outros estudos. Em sua dissertação *A precarização do trabalho docente na Bahia*, na qual analisa justamente a problemática em torno do recurso do REDA na administração pública, Érica Vieira Souza (2022) observou, justamente, como há um processo de precarização dos docentes do estado a partir de sua contratação via REDA.

O REDA vem servindo de reprodução do sistema capitalista, ou seja, é um instrumento de manipulação do Estado neoliberal, que coloca o (a) professor (a) na condição de precarização, tendo assim o controle sobre o (a) trabalhador (a). O Estado tem no REDA um mecanismo de explorar o exército de trabalhadores de reserva. A rotatividade do emprego é uma característica do REDA, os docentes que trabalham por esse regime não têm estabilidade, estão sujeitos ao desemprego, à mudança de local de trabalho e a não ter todos os direitos trabalhistas garantidos (SOUZA, 2022, p. 55).

Santos (2024), em sua análise sobre formas de contratação temporária e as condições de trabalho de docentes no Brasil, constatou certas regularidades em diferentes cidades. As principais referem-se à falta de estabilidade e baixos salários, seguidos da obrigação de desenvolver as mesmas atividades dos servidores efetivos: “tal realidade impõe que estes [profissionais] procurem outra atividade remuneratória para suprir as necessidades de sua existência, o que leva ao acúmulo de vínculos e sobremaneira ampliação da carga horária de trabalho”. Não apenas isso. Outras consequências anotadas pelo pesquisador foram:

Fragmentação da categoria; desvalorização profissional e social; prejuízo à saúde mental e conseqüente indisposição para o trabalho; sentimento de sofrimento e adoecimento; mal-estar profissional, autoestima diminuída, incapacidade, perda do domínio do trabalho, necessidade extrema de adaptabilidade (SANTOS, 2024, p. 8).

De maneira muito prudente, o autor supracitado, estabelece, portanto, uma complexa relação entre as condições de trabalho impostas pelo REDA – e outras modalidades de seleção pública de docentes a partir de “regimes especiais” – e a saúde física e mental dos trabalhadores da educação, mais especificamente os professores. Ora! Como dito, o docente que vê uma nuvem de incerteza sobrevoando o seu futuro, quanto à estabilidade profissional e ao equilíbrio financeiro, procura métodos de tentar mudar tal cenário: almeja, muitas vezes de maneira mercadológica, ampliar o seu currículo e buscar novas oportunidades em outros concursos públicos (não raramente, em outro REDA), na rede privada ou mesmo se lança em outra área laboral. É prudente afirmar que toda essa tribulação gera impactos à saúde do trabalhador.

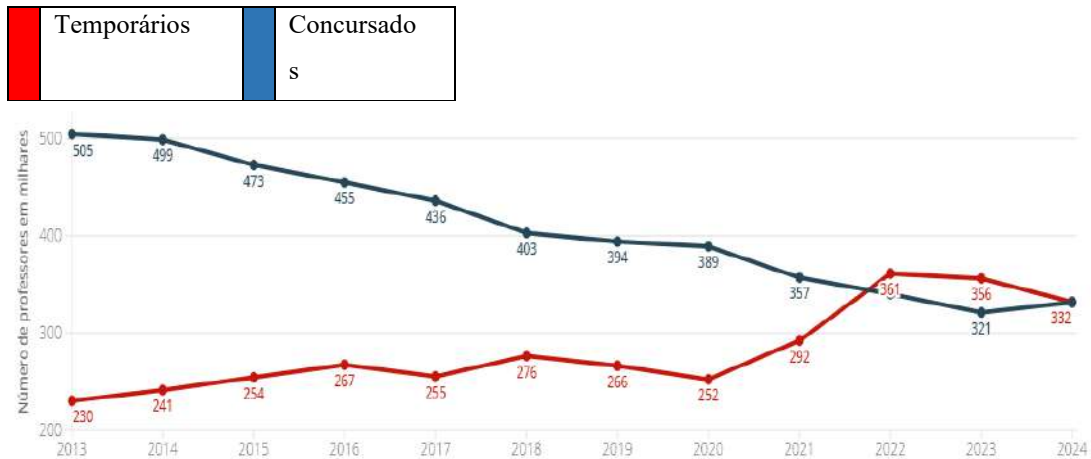
Além disso, outro ponto precisa ser destacado: sabe-se que os professores escalados pela modalidade que estamos aqui criticando muitas vezes são alocados em unidades escolares consideradas pelos colegas de menor qualidade, seja pela sua infraestrutura organizacional, seja pela localidade em que está situada. Uma das características – em certa medida, positiva – da distribuição das escolas da rede municipal de Salvador é que muitas unidades estão em finais de rua (ou linha), em becos e vielas, ou o seu acesso se dá por meio de escadarias ou grandes ladeiras. Muitas, infelizmente, estão localizadas em áreas de fortes confrontos entre facções criminosas e operações policiais – o que leva pânico e medo a todos e obriga a suspensão de suas atividades.

A professora contratada de maneira temporária vê-se obrigada, sem nenhuma remuneração adicional, a enfrentar tais problemas. Embora os trabalhadores sob o REDA formem 30% do total dos professores da cidade – um montante nada negligenciável –, esse percentual pode indicar também o tratamento dispensado a toda a categoria por parte da gestão municipal (do mesmo grupo político desde 2013, por sinal, cobre todo o período traçado para verificar as formas de contratação de docentes).

Ademais, se pudermos ampliar a nossa lente de análise e olhar para todo o Brasil, veremos que se trata de uma “desgraça” que castiga grande parte do país, ou seja, é um problema de ordem estrutural. O Censo de Educação Básica, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em abril de 2025, apontou que, pelo terceiro ano seguido, “o índice de professores temporários nas escolas estaduais foi maior do que o de efetivos”. Os dados ainda revelaram que “14 redes estaduais priorizam contratação 'por temporada', sem garantir estabilidade ou plano de carreira aos professores”. Assim, em 2024, havia 331.440 docentes concursados (49,96%), contra 331.971 contratados apenas por "temporada" (50,04%). O gráfico abaixo evidencia um aumento exponencial da contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino público no país. Nota-se que a baliza

temporal da esquematização está em pleno diálogo com o que estamos vislumbrando para rede municipal de Salvador.

Figura 01: Temporários x Concursados - Número de professores por tipo de contratação, na rede estadual (em milhares)



FONTE: G1/2024. Censo da Educação Básica (Inep) *A soma nem sempre dá 100% porque há outras formas de contratação, como CLT e terceirizado.

Na ocasião, a eloquente repórter de Educação Luiza Bonemer Tenente observou que tal “modalidade, em geral, envolve condições de trabalho mais precarizadas, como a ausência de aumentos ou de bônus (como quinquênios) por tempo de carreira” (G1, 9 abr. 2025). Nesse sentido, nos vemos diante de uma comédia de erros – ou de atrocidades. Uma política que consegue ferir o professor enquanto trabalhador e a qualidade do seu trabalho! Tenente (2025):

Por causa dos baixos salários e das incertezas, eles dão aula em mais de uma escola – o que aumenta a sobrecarga de trabalho, diminui o tempo de dedicação para cada turma, dificulta a realização de cursos de formação e compromete inevitavelmente a qualidade do ensino. Com a substituição constante de um temporário por outro, a rotatividade de professores é altíssima. Isso compromete a criação de vínculo com os alunos (G1, 9 abr. 2025).

É um argumento que encontra sustentação também na literatura em pesquisas de campo. Em seu estudo, fundamentado em dados e entrevista com professores sindicalizados ou vinculados, de alguma maneira, à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), dentre os anos 2005 e 2017, Gouvêa (2016) identificou a sobrecarga de trabalho ou a sua intensificação como os elementos mais nocivos à saúde docente. Essa carga excessiva, por sua vez, está associada aos “trabalhos escolares semanais realizados no domicílio pelo professor devido à insuficiência da carga horária contratada” e à “dedicação do professor a trabalhos extras, como forma de aumentar a renda” (GOUVÊA, 2016, p. 269). A autora acrescenta que:

O prolongamento da jornada de trabalho gera efeitos na saúde dos professores e no resultado do trabalho esperado, uma vez que a sobrecarga de trabalho repercute na diminuição da qualidade do ensino e no grau de proficiência ou aprendizado dos alunos. No que se refere à sobrecarga de trabalho e à saúde dos professores, dois elementos determinantes para a deflagração de processos de adoecimento: a diminuição ou a falta de tempo livre fora do trabalho para outras atividades. O outro é a realização do trabalho em condições de estresse, que pode levar a implicações previsíveis para a saúde (*op. cit.*, p. 270).

Ora! As análises de Gouvêa dizem respeito a toda a categoria profissional. Talvez a diferença se manifeste na falta de estabilidade e no salário ainda menor que o temporário recebe. É o que Ferreira e Abreu (2014) notaram, ao examinar as condições de trabalho dos docentes contratados por tempo determinado na rede pública de ensino do Paraná. Seriam esses trabalhadores potenciais desempregados, “pois, ao serem dispensados de suas funções, em geral, ao término do ano letivo, ficam sem trabalho e, conseqüentemente, sem salário, à espera de recontração” (FERREIRA; ABREU, 2014, p. 132). Assim, é acentuado como características da precarização experimentada por esses trabalhadores.

Atuação em área distinta da formação profissional; formação inadequada ou inconclusa; grande quantidade de escolas e elevada carga horária de trabalho; desenvolvimento de ocupações profissionais extras; distinção/ discriminação no local de trabalho; tempo de contratação como temporário; ausência de sindicalização e participação de organizações e lutas de classe; insegurança; incerteza quanto ao futuro profissional; instabilidade no emprego; rotatividade; desvalorização profissional e social (*op. cit.*, p. 133).

Esta modalidade cria “uma massa de trabalhadores sempre estagnada”, nas palavras de Santos (2024), professor da UERJ. Estamos, portanto, na presença de um Estado cujas autoridades políticas não apenas agem com negligência, mas elaboram políticas que minam diretamente a vida de significativa parcela de docentes e a educação como um todo. Se municípios e estados seguem priorizando uma forma de ingresso que nega estabilidade e direitos aos professores, vemos uma grande inépcia do governo federal – quadro que não parece que será revertido com a Prova Nacional Docente criada pelo Ministério da Educação (MEC).

Pode ser um passo diante do desastre que foram as duas gestões anteriores, mas também pode aprofundar ainda mais o problema. Vale ressaltar que a ideia não é demonizar a contratação por regime especial. Sabemos que a contratação de professores temporários é muitas vezes necessária e indispensável. No entanto, o que assistimos é uma transformação desse método de emergência em uma política administrativa. Em meio a uma enxurrada de depoimentos de professores coletados pela supracitada Tenente, é prudente que ouçamos a indignação e revolta de alguns:

- “A sensação foi e é sempre horrível. Porque você estudou muito e, de repente, nada disso serviu. Meu contrato teoricamente era até o final do ano. Mas chegou o [professor] efetivo e fui simplesmente ‘devolvida’. Se você não tiver outro trabalho ou uma reserva financeira, fica na mão”;
- “Não tem jeito, o nível cai. Mesmo que você se dedique e faça seu melhor, o fato de ter de se dividir entre diferentes escolas diminui nosso tempo de preparar um conteúdo melhor”;
- “Quando você começa a criar um vínculo com os alunos, a conhecê-los, precisa mudar de escola”;
- “É desvantagem total. Não tem estabilidade nenhuma. O professor efetivo tem plano de carreira, salário vai melhorando... Nós não temos nada”;
- “Nós, temporários, ficamos com o que sobra. Sou professora de história, mas dificilmente dou aula disso. O que ‘resta’ é sociologia, filosofia. Vai mudando com o tempo”;
- “São mais turmas, mais diários para preencher, mais provas para corrigir. Como a gente pega o que sobra, são 6 aulas de manhã, 4 à tarde e mais outras à noite. Elaboro projetos de cada uma, faço os planejamentos... E tenho casa, filho e esposo” (G1, 15 out. 2024).

Mais ainda: a partir das entrevistas realizadas com professores temporários de diferentes estados, foi elaborado um infográfico de demasiada eloquência. Mais uma vez, a caracterização do problema está em consonância com o que estamos tratando em Salvador. A figura central da arte a seguir é uma mulher. Ora! São as mulheres que ultrapassam o percentual de 85 do quadro de professores da rede municipal de Salvador – e temos razões para inferir que a maioria ingressante, por meio do REDA, também é feminina (figura 01).

É verdade: precisamos salientar que nenhuma dessas experiências narradas partiram de entrevistados de Salvador. Mas não se trata de uma fuga geográfica do problema. Aprender as inquietações de professores temporários em outras cidades brasileiras significa entender também as tensões vividas por seus colegas na capital baiana. Obviamente, há diferenças de uma região para outra. No entanto, esses trabalhadores estão vivenciando um fenômeno que se faz presente nos sistemas públicos de ensino em todo o país, mesmo que de maneira heterogênea. Mais ainda: poderia se perguntar: se o intuito desta pesquisa é também analisar e compreender as condições de trabalho de todo o segmento do professorado municipal de Salvador, por que a ênfase em um terço desse segmento? Na verdade, não apenas os capítulos seguintes serão mais abrangentes, mas examinar como a gestão municipal tem realizado o ingresso de docentes – priorizando o REDA em detrimento de concursos efetivos – nos permite também vislumbrar a sua responsabilidade com a educação da cidade e com todo o corpo docente.

Figura 02: Precarização da Profissão Docente
Alto número de professores temporários indica cenário de instabilidade e de perda de direitos



FONTE: G1 ARTE - Infográfico foi elaborado após entrevistas com professores temporários de diferentes redes estaduais.

Ademais, é preciso que seja dito que essa realidade é, obviamente, encarada também pelos servidores efetivos. Estes, aliás, não obstante gozem de direitos e prerrogativas que outros não têm, não estão imunes ao processo de precarização das relações de trabalho. Para apreendermos as relações de trabalho sob as quais estão submetidos, podemos mapear as greves, manifestações e paralisações realizadas nos últimos anos, bem como captar as suas reclamações.

É interessante observar que, se no recorte de treze anos, encontramos quatro editais para processos seletivos (dos quais apenas um promoveu vagas para servidores efetivos), o número de greves, no mesmo período, é sete. De 2013 a 2025, apenas dois anos não registraram greves e paralisações: no primeiro ano, no seguinte e em 2020. Vale ressaltar que o ano de 2020 é notadamente marcado pela pandemia de COVID-19.

Este ano de 2025, enquanto discuto essa problemática, professores realizaram assembleias, paralisações e entraram em greve com vistas a garantir seus direitos, sobretudo aumento salarial. É o assunto do próximo capítulo.

Antes de encerrar esta seção, porém, talvez seja válido ressaltar que toda essa precarização imposta sobre os professores das redes públicas do Brasil, e que aqui ganhou destaque a de Salvador, sob gestão municipal, e a qual tem como um dos seus tentáculos o REDA como política de ingresso docente, faz parte de um contexto mais problemático. Um cenário no qual a ideologia e as políticas (neo)liberais buscam solapar cada vez mais os direitos e a dignidade da classe trabalhadora.

Não se trata de um discurso vazio. Isso pode ser vislumbrado a partir das reformas da previdência e trabalhista (durante os governos Temer e Bolsonaro); e das barreiras levantadas em torno do fim da escala 6x1 e mesmo da proposta de isenção de imposto de renda para quem ganha até cinco mil reais mensais. Na Educação, diversas redes de ensino têm inserido, de maneira abrupta, o capital privado em sua gestão por meio de utilização de plataformas e “materiais didáticos” (?) digitais; e até mesmo a partir do que Daniela Araújo (2024) chamou de “privatização da Educação Infantil” por meio do “projeto Pé na Escola” por parte da Prefeitura de Salvador.

Nessa conjuntura, os docentes de todo o Brasil ainda se mantêm, a despeito de todos os ataques, como um segmento da classe trabalhadora com muita força e vigor para tentar barrar retrocessos e reivindicar direitos. Vejamos como Salvador se apresenta nesse cenário.

CAPÍTULO II

GREVES & QUESTÃO SALARIAL

*Greve é vagabundagem. É falta de respeito com o contribuinte.
Os nossos pais não pagam impostos para não ter professor
em sala de aula.*

Lucas Pavanato, vereador pelo PL-SP, 2025.

*Justiça considera ilegal greve dos professores em Salvador
e determina suspensão do movimento. Em sua decisão,
o juiz disse que a greve impacta gravemente crianças e
adolescentes em situação de vulnerabilidade, sobretudo
no contexto de recomposição de aprendizagem pós-pandemia
e na interrupção de serviços como a alimentação escolar.*

Jornal Correio, 2025.

Na terça-feira chuvosa do dia seis de maio deste ano (2025), professores e professoras (em sua maioria) da rede municipal de ensino de Salvador tomaram a Praça Campo Grande com capas, guarda-chuvas e cartazes – um dos quais traz os dizeres “A educação de Salvador espera pelo piso há 17 anos”. As trabalhadoras rejeitaram a proposta da prefeitura – que previa “um reajuste linear de 4% no salário da categoria, dividido em duas parcelas: 2% a partir de maio e 2% a partir de outubro” –, considerando-a insuficiente para garantir o piso nacional do magistério, conforme a Lei do Piso do Magistério.

Naquele dia, foi decretada a greve por período indeterminado (G1, 6 mai. 2025). Se o tempo cinzento da capital baiana não conseguiu conter a luta por direitos por parte do professorado municipal – que já havia anunciado manifestação para o dia seguinte – o juiz Adriano Augusto Gomes Borges, da Seção Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), numa agilidade formidável, em menos de 24 horas declarou a greve ilegal e determinou a sua suspensão.

Na liminar, o magistrado destacou que “a greve impacta gravemente estudantes em situação de vulnerabilidade, em especial com a interrupção da alimentação escolar e da recomposição de aprendizagem pós-pandemia”. Alegou-se também que “o sindicato insistiu em deflagrar a greve mesmo com a continuidade das negociações e proposta de reajuste feita pelo município” (*Metro 1*, 7 mai. 2025).

As professoras permanecem em greve. Se voltarmos às duas epígrafes que encabeçam este capítulo, poderemos ver que a notícia sobre o despacho do juiz do TJ Bahia segue uma declaração feita há duas semanas por um parlamentar de extrema-direita de São Paulo: “greve

[de professor] é vagabundagem”. Estes dois episódios podem sugerir que os professores das redes municipais do Brasil se veem diante de um duplo (ou melhor, múltiplos) desafios: a luta por melhores salários e a sua desmoralização por parte de segmentos do Estado.

Figura 03: Professores da rede municipal de Salvador em protesto na Praça Campo Grande.



FONTE: G1

Figura 04: Professores em protesto pelo cumprimento do piso salarial do magistério pelas ruas do centro de Salvador.



FONTE: METRO 1.

A greve que durou 74 dias pode ser elevada a outro patamar, se porventura olharmos para trás e notarmos que ela compõe um quadro eloquente. Entre anos de 2013 a 2025, com exceção apenas de 2020 (pandemia) e 2023, foram marcados por paralisações, greves e manifestações realizadas por essa categoria profissional. Este segmento da classe trabalhadora

tem buscado durante décadas não apenas reajuste e aumento salarial, mas dignidade e valorização do seu trabalho.

As exigências têm sido diversas: reformas nas escolas, democracia nas eleições de diretor, mais segurança, reserva de jornada para atividades extraclasse, etc. No entanto, a questão salarial ganha destaque. Como dito na introdução, a questão salarial não é – nunca foi – somente uma questão de salário, no sentido de uma ganância ou ambição. A questão salarial, para o trabalhador, está ligada à sua sobrevivência e qualidade de vida. No caso do docente, a sua remuneração diz respeito à possibilidade de dedicar-se a uma única escola ou à necessidade de atuar também na rede privada ou ir para outro ramo do mundo do trabalho, como vimos em alguns depoimentos na primeira parte deste trabalho.

Tabela 02: Quadro de paralisações, manifestações e greves (2013-2025)

ANO	ATIVIDADE	DURAÇÃO	REIVINDICAÇÕES
2013	Paralisações	48hs/ 48hs	Reajuste salarial de 7,9%
2014	Paralisação Manifestações	48hs	Pela votação do Plano de carreira e do Plano Nacional de Educação (PNE)/ Cumprimento do piso Investimento dos royalties de petróleo no setor
2015	Paralisações Manifestações	48hs/ 72hs	Reajuste salarial de 20% / Plano de carreira Cumprimento do piso
2016	Greve	19 dias	Jornada de trabalho reservada em trabalhos extra classe.
2017	Paralisações	48hs/ 48hs	Reajuste salarial / Cumprimento da Lei de piso
2018	Greve	Um mês	Reajuste salarial /Plano de carreira
2019	Manifestações		Contra demissão de contratados via REDA
2020	Sem registro*		
2021	Estado de greve		Reajuste salarial /Manutenção das aulas remotas
2022	Greve	14 dias	Correção salarial / Garantia de mudança de nível para profissionais com processo em andamento
2023	Sem registro	---	---
2024	Paralisação Manifestações Ameaça de greve	72h	Pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional Melhoria na infraestrutura das escolas/ Contratação de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil
2025	Paralisações Greve	Em andamento	Reajuste salarial/ Melhorias nas condições de trabalho Melhoria na infraestrutura das escolas

FONTE: Elaborada pela autora.

Talvez seja importante ressaltar que a construção deste quadro cronológico nos permite ter em mente a dimensão do problema. Embora tenha conseguido captar greves efetivas em quatro dos treze anos, além de mais dois anos com ameaças e estado de greve, todos os anos, exceto o da pandemia e o de 2023, são marcados por protestos e paralisações das professoras. Se esse cenário indica, por um lado, uma grande persistência da categoria na reivindicação por direitos, por outro, revela a negligência das duas gestões responsáveis pela educação municipal durante esses anos.

Se observarmos a última coluna, veremos que as pautas permanecem as mesmas ao longo de mais de uma década: cumprimento do piso salarial, plano de carreira, melhoria na infraestrutura das unidades. Estamos na presença de bandeiras tremuladas contra a precarização do trabalho e do próprio ensino! Este último pode ser vislumbrado nas mobilizações de 2019 e 2024 pela manutenção dos contratados via REDA e pela Contratação de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil.

Em todas as manifestações ao longo desses anos, professoras se uniram e saíram às ruas externando o seu descontentamento diante da imprensa e da sociedade. Podemos pegar como exemplo, a greve de 2018, quando os educadores da rede municipal decidem mais uma vez interromper as suas atividades em protesto contra a baixa remuneração salarial. De acordo com o sindicato, a categoria já caminhava para o quarto ano sem reajuste, o último aconteceu em 2015. A petição era por um aumento de 12% no salário, no entanto, em resposta a oferta do prefeito que ofereceu somente 2,5%, a classe entrou com a contraproposta de 6,8%. A notícia ganhou destaque em todos os jornais e sites de notícias da cidade: mais de 60% dos professores aderiram à greve, parando as suas atividades, que perdurou por mais de um mês.

Em entrevista ao portal de notícias G1 (2018), a diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, Elza Melo, reafirmou a necessidade de continuar com a greve devido ao não posicionamento e apoio do prefeito ACM Neto. As professoras reuniram-se em diversos pontos da cidade para a assembleia; uma delas culminou em protesto em frente à Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED), no qual mais de 400 profissionais se manifestaram em busca de dignidade e valorização salarial. Na ocasião, os trabalhadores estenderam cartazes e denunciaram a precarização por megafones. A cidade parou: trânsito lento e interrompido, ruas interditadas, mas, ainda assim, o silêncio do prefeito da capital baiana e a recusa em atender ao pedido da categoria foram os dados mais estarrecedores e cruéis.

O prefeito respondeu enviando a guarda municipal: com violência e brutalidade, utilizando balas de borracha, spray de pimenta e até ameaças com armas de fogo. Revoltada com a situação desrespeitosa, Marilene Betros, Secretária de Políticas Educacionais da Central

de Trabalhadores do Brasil (CTB) e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB), desabafou: “a resposta do prefeito às nossas reivindicações é a polícia de arma em punho para atacar professoras e professores que se manifestam pacificamente e desarmados por melhorias na educação e por qualidade de vida” (CNTE, 2018). A secretária lamentou o fato de ser “assim que os partidos conservadores tratam os profissionais da educação, enquanto retiram todos os nossos direitos e arrasam com a educação pública”. (CNTE, 2018). Elza Melo, também se manifestou: “viemos à Secretaria Municipal de Educação (SMED) para protestar contra a falta de diálogo e mostrar a justiça de nossas reivindicações e somos recebidos à bala” (CNTE, 2018).

A categoria ainda precisou enfrentar as intimidações do executivo municipal, que ameaçou cortar o salário dos profissionais, se os grevistas não interrompessem imediatamente o movimento e retomassem as atividades, e alegou que não aceitaria reposição das aulas perdidas aos sábados. Nos vemos aqui diante de uma jogada para culpabilizar o corpo docente por eventuais problemas no ano letivo dos alunos.

A greve de 2018 e todo o histórico de paralisações, passeatas, estados de greve e outras atividades de reivindicação, desde o início da gestão ACM Neto, por parte dos docentes da rede municipal de Salvador, evidencia que a prefeitura sempre esteve ciente da necessidade da melhoria salarial para os profissionais de educação. Nesse sentido, greves e outras ações mais corriqueiras apresentam-se como uma frente de oposição à negligência municipal para com a educação e os educadores. Trata-se, com efeito, de demandas que se arrastam por décadas e que nunca são atendidas integralmente.

São inegáveis as conquistas do professorado municipal ao longo desses anos, no entanto, as pendências persistem, sobram promessas não cumpridas. Quando, finalmente, a prefeitura decide ouvir, no intuito de finalizar (o estado de) a greve, acaba não cumprindo com o acordado, e a mesma pauta retorna pouco tempo depois. Analisando a greve estadual do Rio de Janeiro, ocorrida em 2023, Everardo Andrade, Walter Dias Junior e João Valverde (2024) notaram que as cinco reivindicações prioritárias se referiam ao:

Pagamento imediato do piso nacional da categoria; a revogação da lei do novo ensino médio; a garantia de que nenhuma disciplina do currículo teria menos de dois tempos de aula; a realização de um novo concurso público e a formulação de uma política de combate à violência nas escolas. Não obstante, a principal e mais difundida reivindicação da greve foi, sem dúvida, o pagamento do piso nacional do magistério para os servidores estaduais da educação, no Rio de Janeiro (ANDRADE, DIAS, VALVERDE, 2024, p. 136).

Já num estudo sobre trabalho, educação e saúde na greve dos profissionais de educação da rede municipal do Rio de Janeiro, ocorrida no ano de 2013, Souza, Souza e Pina (2019, p. 6) compreendem o fenômeno greve “como expressão da resistência aberta e luta coletiva dos trabalhadores no enfrentamento aos conflitos do trabalho”. Recorrendo a Lenin, apontam que tal forma de protesto popular tem o potencial de unir categorias, estreitar laços de solidariedade e proporcionar ensinamentos: “o movimento de greve constitui-se como um dos meios de experiência, aprendizado e formação coletiva dos trabalhadores”.

Por meio de entrevistas e análise documental, os pesquisadores acentuaram que o movimento dos professores da capital fluminense confrontou “a meritocracia, modelo de avaliação do trabalho das escolas públicas baseado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e pautado pela racionalidade mercantil”. Mas, as exigências por melhores salários e condições de trabalho relacionaram-se também à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores.

Essa resistência também está relacionada à saúde no trabalho docente, embora não explicitada na pauta da greve apresentada pelo Sepe-RJ. É o que se pode extrair das falas dos entrevistados, na qual a greve aparece em defesa da qualidade do trabalho e, simultaneamente, da saúde. Quer dizer, o questionamento à política meritocrática e à defesa da autonomia pedagógica, a reivindicação de 1/3 do tempo para atividades de planejamento e de um plano de carreira que valorize o trabalho docente aparecem como condição de qualidade do trabalho docente e, também, da saúde. Trabalho e saúde são vistos como indissociáveis. Ou, mais precisamente, a luta pela melhoria da qualidade do trabalho docente é considerada pelos professores como luta pela saúde (SOUZA, SOUZA, PINA, 2019, p. 13).

Vimos no início desta seção, bem como na segunda epígrafe, que em menos de 24 horas a Justiça, atendendo a um pedido da prefeitura, interveio e tentou colocar a greve na ilegalidade. Há precedentes: em 2016, a “Justiça decreta ilegalidade da greve de professores de Salvador”. Na ocasião, a desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciolelli Azevedo determinou “o retorno imediato dos professores às salas de aula e multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento” (UOL, 10 mar. 2016). Observa-se que muitas engrenagens do Estado se opõem a esse segmento da classe trabalhadora quando decidem exigir direitos e valorização: secretários de educação, vereadores, prefeitos e até mesmo a própria população em alguns casos. Já na gestão de Bruno Reis, na greve de 2022, o dirigente da pasta da Educação, Marcelo Oliveira, anunciou num jornal local: “Os educadores não estão investindo na luta pelo direito ao reajuste, mas sim na greve por si só (...). Ocorre que na prefeitura de Salvador ninguém ganha o piso. Então não tem como aumentar nesse percentual todo o plano de carreira, se não quebra a prefeitura” (*Bahia Notícias*, 3 mai. 2022).

A Aplb-Sindicato (2022) respondeu: “ora, o próprio secretário da educação se contradiz, pois como nenhum trabalhador da rede recebe o piso, a greve é imprescindível na luta por esse direito”. Há, nesse aspecto, um movimento para deslegitimar a mobilização dos docentes. Na perspectiva do secretário, suspender as atividades, independentemente do motivo, configuraria um ato egoísta, porquanto, aparentemente, os docentes não estariam pensando nas crianças e nos prejuízos que as causariam. As palavras de Marcelo foram as seguintes:

Percebemos como se o propósito não fosse uma campanha salarial e sim fazer uma demonstração de força. É uma indignidade, depois de dois anos de aulas suspensas, se pensar em greve com as crianças com prejuízo no aprendizado. O que precisamos fazer agora é tentar resgatar a retomada das aulas presenciais, aí vem um indicativo de greve? Ninguém está pensando nessas crianças e nesses jovens que frequentam as escolas municipais? (*Bahia Notícias*, 3 mai. 2022).

Há um movimento não apenas de jogar sobre os ombros dos professores o ônus dos dias que os estudantes poderiam passar sem aula, mas também de montar uma imagem distorcida desses profissionais perante a sociedade. Nesse cenário, pode-se indagar que, se há, de fato, uma inquietação genuína com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, não seria mais sensato começar ouvindo e apurando os desconfortos colocados em evidência pelos profissionais responsáveis por esse processo? Uma vez que toda uma categoria suspende as suas atividades em busca de justiça, é porque alguma coisa está dando muito errado.

Não se vê sensatez e sensibilidade dos responsáveis para ouvir as demandas e tentar a melhor solução possível. Pensar no bem-estar dos docentes é investir diretamente na educação. A insatisfação no trabalho, sobretudo em termos salariais, desmobiliza o trabalhador, o que pode impactar diretamente nos resultados do seu trabalho.

De maneira semelhante, manifestou-se o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Salvador, de 2018, Paulo Magalhães Júnior (PV), afirmando que a manifestação era político-partidária. O legislador censurou a greve das professoras naquele ano. Em duas palavras: “não existe razão para isso”. Assim como o secretário de Educação Marcelo Oliveira, o vereador Paulo Magalhães também alegou o prejuízo que os alunos sofreriam com a interrupção das atividades: “essa greve prejudica os mais de 100 mil alunos da rede municipal. Sei da competência e do trabalho do secretário Bruno Barral. Se há negociações em curso, não tem porque haver greve” (CMS, 2018).

Em nítida defesa do seu colega – que este ano (2025) foi afastado do cargo de secretário de Educação de BH, por determinação do STF, em meio a uma investigação que apura o desvio de dinheiro público por meio de emendas (CNN, 3 abr. 2025) –, Magalhães demonstrou-se

também alheio às demandas dos docentes. O que dá para entender é que quando o assunto é a valorização dos professores, parece que ninguém se importa. Parece ser uma pauta desnecessária e desprezível. Algo semelhante se vê na forma como a prefeitura de Belo Horizonte tentou desqualificar e, em certa medida, demonizar a greve dos professores, em 2001, estudada por Rosilene Nascimento (2010):

Ao atribuir ao grupo de professores o adjetivo radical e intransigente, em sua estratégia argumentativa, a PBH invoca, de imediato, um interdiscurso que faz referência a outras greves, na tentativa de associar grevistas e sindicato à confusão, baderna e ou a uma organização extremista (NASCIMENTO, 2010, p. 68).

É verdade que faz parte do papel do educador pensar no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, contudo valorizar o trabalho desse profissional é o ponto de partida para uma educação de qualidade. A ideia de que ser professor faz parte de um talento inato, amor e vocação corrobora tanto para a permanência da baixa remuneração existente quanto para a desqualificação da profissão.

É costumeiro as pessoas alegarem que não têm vocação para ensinar, não se pode negar que todo professor precisa gostar do que faz; é necessário haver afetividade e vínculo. No entanto, trata-se de uma profissão como outra qualquer que requer qualificação mediante anos de estudos na graduação. A docência não se trata de afinidade, mas de preparo teórico e metodológico. A professora é uma trabalhadora! E, como todos os outros, precisa de condições dignas de trabalho e ter os seus direitos atendidos e ampliados. A pedagoga Itale Luciane Cericato caracteriza esses fatos como um fenômeno negativo que compõe subjetividades:

Representações da docência como vocação, missão, ato de amor e de dedicação resistem à ação do tempo e estão presentes no imaginário social, seja em discursos da população em geral, seja em relatos de professores. Esse tipo de representação chama a atenção porque, ao nosso ver, indica um fenômeno extremamente negativo, sob a perspectiva de que as dimensões pessoal e profissional do professor se constituem no seio das relações sociais, ou seja, as concepções existentes sobre a docência também fazem parte de seu imaginário e, conforme esperado, compõem sua subjetividade (CERICATO, 2016, p. 12).

Além disso, o fato de caracterizar a docência como vocação, contribui para a baixa atratividade pelo curso. Como mencionado, é comum as pessoas não optarem pela formação por se acharem incapazes de exercer a função por falta de aptidão, como bem coloca Cericato:

no Brasil, a atratividade da carreira docente é baixa. Dentre os concluintes do ensino médio, poucos são aqueles interessados por ela. Como motivos para a recusa, são apontados os aspectos já discutidos: representações do trabalho

docente como uma atividade pouco atrativa, social e financeiramente desvalorizada, e a percepção de que "qualquer um pode ser professor", não sendo necessário se especializar. Além disso, é forte a representação da docência como dom e vocação. (Ibidem)

Para Gatti e Barreto (2009), a ideia de caracterizar a docência como missão ou talento corrobora não apenas para o baixo índice de procura pelo curso, mas também prejudica severamente a luta dos profissionais pelos seus direitos salariais, uma vez que a profissão é vista como um dom; logo entende-se que deve ser executada com amor e se esquece de todo esforço, tempo e investimento, que, assim como qualquer outra profissão, precisam de retorno.

A representação da docência como “vocação” e “missão” de certa forma afastou socialmente a categoria dos professores da ideia de uma categoria profissional de trabalhadores que lutam por sua sobrevivência, prevalecendo a perspectiva de “doação de si”, o que determinou, e determina em muitos casos, as dificuldades que professores encontram em sua luta categorial por salários, dificuldades estas que estão presentes no âmbito social e político, bem como na cultura intracategoria (GATTI; BARRETO, 2009, p. 20).

É verdade que o aumento salarial não é o único responsável por mudar completamente a qualidade do ensino no Brasil, no entanto, este fator, indubitavelmente, contribui para a valorização do curso, do profissional e da própria educação. Lapo e Bueno (2003) enfatizam o problema enfrentado no país com a grande evasão nos cursos de licenciatura: muitos graduandos que ingressam na faculdade não têm a pretensão de permanecer, mas porque veem em determinado curso – muitas vezes mais fácil de ser acessado do que outros nos vestibulares e ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) – uma via para migrar para a formação ou função que realmente desejam. De acordo com os autores, parte desse desinteresse acontece devido à baixa remuneração ofertada na profissão.

Na tentativa de atrair estudantes para o curso, o governo federal tem oferecido programas como o Programa de Apoio à Formação de Professores da Educação Básica (ProFórum), Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Programa de Apoio à Formação de Professores da Educação Básica (ProFuturo) e o mais recente pé de meia. Apesar de todos esses programas contribuírem para atrair candidatos à área, não são suficientes porque a questão maior está no salário que é ofertado aos profissionais da educação. Ao vislumbrar os desafios da sala de aula e a questão salarial, muitos formados optam por abandonar a carreira.

Gatti e Barreto (2009, p. 13) afirmam que “o salário inicial de professores no geral tem sido baixo quando comparado a outras profissões que exigem formação superior”, as autoras ainda dizem que essa questão desvaloriza a profissão e “pesam tanto na procura por esses

cursos, como sobre o ingresso e permanência na profissão”. Quando chega a hora da decisão sobre qual carreira seguir, leva-se logo em consideração o salário ofertado para a categoria. No caso da docência na educação básica, o salário torna-se baixo quando é comparado com outras profissões que exigem o ensino superior.

Nesse sentido, a atratividade ou a permanência declina-se. Em perspectiva semelhante, Barbosa (2011, p. 11) aponta que “quem opta por permanecer na docência e conta apenas com o salário de professor para o atendimento às necessidades objetivas enfrenta a pobreza material”. Isso acontece devido à baixa remuneração ofertada à categoria que, por vezes, não é o suficiente para suprir as necessidades básicas. Com efeito, com o real cada vez mais perdendo poder de compra, a qualidade de vida do trabalhador que não desfruta de um salário razoável passa a ser impactada de forma negativa.

O fato de os professores receberem menos do que lhes é necessário coloca-os diante de duas escolhas penosas, que, para Siniscalco (2004), seriam estender a sua jornada de trabalho em turnos opostos, seja em outras escolas, seja migrando para outra área, ou, no último caso, aceitar uma vida miserável. Como as necessidades financeiras não são passíveis de aceitação, muitos professores optam por aumentar a sua carga horária de trabalho. Há aqueles ainda que, mesmo nos finais de semana, são sujeitos a sacrificar o que deveria ser um dia de descanso para obter outros rendimentos financeiros.

Desse modo, ao intensificar a jornada de trabalho, o desgaste físico dos educadores tende a aumentar, o que pode repercutir intensamente na qualidade do seu trabalho. Os professores comprometem as suas horas de lazer e entretenimento com a família e amigos, tornando a sua rotina exaustiva. Não apenas isso: os educadores não têm tempo e espaço para elaborar as atividades a serem realizadas em sala. Tais sobrecargas podem levar o profissional ao adoecimento. Nas palavras de Barbosa:

Outro fator que decorre da excessiva jornada de trabalho são os problemas de saúde, que cada vez mais acometem os professores. O desgaste provocado pelo excesso de trabalho e pela necessidade de se deslocar constantemente de uma escola a outra contribuiria para causar esses problemas que, por sua vez, prejudicam muito a prática docente, porque desencadeiam licenças médicas ou faltas diárias e, conseqüentemente, a descontinuidade do trabalho iniciado com os alunos (BARBOSA, 2011, p. 18).

A autora ainda vê na desvalorização salarial um dos principais pilares para as enfermidades que aparecem na categoria. Devido à má remuneração, sentimentos diversos, como tristeza profunda, angústia, baixa autoestima e desânimo, são recorrentes entre os educadores. A intensa jornada de trabalho para completar o rendimento salarial “causa fadiga,

cansaço excessivo e desgaste” (BARBOSA, 2011, p. 18). Como já mencionado, não podemos afirmar que o aumento salarial resolveria todos os problemas na educação, no entanto, por certo, diminuiria muitas das barreiras que a categoria enfrenta. Uma delas é justamente a intensificação da jornada de trabalho. Rocha (2010) caracteriza a intensa jornada de trabalho do professor como consequência da desvalorização salarial:

O processo de desvalorização salarial e da desqualificação da profissão relaciona-se ainda a uma jornada organizada em dois cargos, com sobrecarga de trabalho e baixo salário, resultando em uma ampliação do tempo de horas/aula semanais combinada com a redução do tempo de horas/atividades (ROCHA, 2010, p. 2).

Não se pode negar que o salário do professor é maior quando comparado com parte da população, (UNESCO, 2004). Todavia, ao fazer a mesma comparação com outras profissões que exigem nível superior, o salário do educador tende a ser menor, como já mencionado. Para Barbosa (2011), por mais que existam profissões com uma menor remuneração comparado à do docente, ainda assim a sua situação é preocupante considerando a extrema importância desse profissional ter acesso a espaços que ampliem os seus conhecimentos culturais e sociais, contribuindo para enriquecer os seus saberes e conseqüentemente progredir na sua atuação profissional. A ausência de dinheiro pode interferir diretamente nesse quesito.

A aquisição de bens culturais, bem como a participação em eventos culturais, como teatros, visitas a museus, shows de música, etc. são importantes para o aprimoramento pessoal e profissional do professor, porém, tudo isso custa dinheiro e, por isso, são de difícil acesso aos professores devido aos baixos salários recebidos pelo trabalho (BARBOSA, 2011, p. 24).

Nesse sentido, por mais que pareça ilógico, é mais comum do que parece. Professores sofrerem com a ausência de materiais de extrema importância para o enriquecimento do seu trabalho: insumos básicos, como livros, acesso a museus, cinemas, internet, espaços culturais, equipamentos tecnológicos parecem estar distantes da realidade do educador por falta de recursos financeiros suficientes.

A formação do professor não se dá apenas na graduação, mas por meio da formação continuada, que acontece tanto por meio de cursos preparatórios quanto pelo acesso a espaços sociais e culturais. Os professores precisam estar informados e atualizados, para isso os recursos financeiros são essenciais para que eles possam ter acesso aos meios.

A pesquisa realizada por Fanfani (2006) mostrou que boa parte dos profissionais de educação se declara desvalorizada, o que interfere diretamente no seu trabalho. Por esse motivo, muitos dos profissionais trabalham insatisfeitos e desanimados, por vezes, continuam somente

por falta de opção, mas não hesitam em abandonar o cargo quando surgem outras oportunidades, o que ocasiona um grande número de abandono da profissão.

Iniciei esta segunda parte da pesquisa com duas epígrafes nada inocentes. Enquanto a segunda é um fragmento de uma reportagem evidenciando a agilidade de um juiz em pôr a greve de Salvador na ilegalidade, a primeira se trata de um discurso agressivo de um vereador de extrema-direita contra a greve dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Assim, o fiz porquanto tinha a intenção de indicar como a questão da educação em Salvador é também um problema em outras partes do país: além da capital baiana, registramos atualmente greves de docentes e outros trabalhadores que contribuem para o funcionamento da educação em Belo Horizonte, Pará, Rio Grande do Norte e Piauí.

Por um lado, revela a negligência com que o Estado brasileiro, em suas múltiplas dimensões, vem tratando a educação. Por outro, é verdade, aponta para o protagonismo dos professores em busca por direitos.

Em Salvador, uma gestão conhecida popularmente por seu empenho por patrocinar grandes festas e comemorações – “pré-carnaval / carnaval / “pós-carnaval”, “pré-Révellion”, etc. – segue na prefeitura, bem como seu antecessor e padrinho político, ignorando as demandas dos docentes e da educação da cidade. É verdade: o problema da educação na cidade não se inicia com a ascensão de ACM-Neto ao poder, em 2013 – vimos num cartaz que há 17 anos o piso salarial não é cumprido –, mas chama a atenção que num período de 13 anos, apenas em dois não foram registradas greves, passeatas e outras mobilizações sociais – um deles pandêmico.

CAPÍTULO III

TRABALHO E SAÚDE DOCENTE

São pessoas que têm um acúmulo grande de trabalho, estão cansadas, não sentem mais vontade de trabalhar e têm a sensação de incompetência. Algumas não sentem vontade nem de sair de casa e estão com a autoestima bastante comprometida. São muitos os sintomas.

Shirley Moraes, psiquiatra, 2018.

Ansiedade, síndrome persecutória. Eu tive dois infartos e AVC isquêmico durante todo esse período eu lecionando. Às vezes, eu estou numa aula e tenho medo de alguém me ver e me perseguir.

André Luiz Carvalho, professor de Sociologia, 2025.

Um dos principais objetivos do curso de pedagogia é formar profissionais capazes de atuar na sala de aula. Durante todo o curso, ouvimos muito falar da incumbência do professor e dos papéis que lhe são atribuídos. Pouco se ouve, porém, sobre as barreiras que estes profissionais irão enfrentar e, principalmente, como eles devem lidar com os desafios. Como citado nos capítulos anteriores, a precarização no ramo da docência é intensa e, por vezes, o educador se sente sozinho e desamparado. É nesse sentido de não estar instruído que diversos educadores adoecem. A precarização no trabalho leva ao adoecimento físico e mental.

O primeiro e único contato que eu tive com o tema adoecimento docente durante a minha formação foi na disciplina de Educação e Saúde, já no quinto semestre. O professor solicitou a leitura dos textos *Adoecimento e condições de trabalho docente: narrativas (auto)biográficas e cuidados de si* e *Pesquisa (auto)biográfica, Educação e saúde docente: escrita de formação e reconfiguração identitária*, ambos de autoria da professora Roziane Costa de Souza. A análise das narrativas docentes evidencia como o adoecimento está interligado às condições de trabalho e como a escrita permite aos professores reconfigurarem suas trajetórias profissionais e pessoais. A abordagem (auto)biográfica é apresentada como uma metodologia que possibilita a transformação da experiência de adoecer em um processo de aprendizado e resistência.

Confesso que o tema chamou demasiadamente a minha atenção e fez-me refletir sobre essa problemática de que ainda não tinha ouvido falar nas aulas teóricas da universidade. Nesse período, eu ainda estava indecisa quanto ao tema que iria abordar no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Já havia cogitado vários: Educação e inclusão, Educação a distância, Educação de jovens e adultos, Educação intercultural, inclusive cheguei a fazer projetos com alguns

desses temas, mas com nenhum deles me sentia satisfeita. Não era o que, de fato, eu desejava escrever.

Depois de todas essas experiências na sala de aula citadas na introdução, ingressei no projeto da prefeitura de Salvador, Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP), cujo objetivo é ajudar os alunos no processo de alfabetização nas escolas da rede municipal de ensino e por algumas vezes, na ausência da professora, eu tinha a incumbência de assumir a turma. Foi uma experiência totalmente diferente das demais.

A escola municipal apresenta uma realidade diferente quanto à sua estrutura e aos métodos utilizados no processo de ensino. A impressão que se tem é de uma intensa precarização e desvalorização. Foi nesse cenário, lidando com a experiência de uma professora de escola pública, me sentindo cansada física e mentalmente, sobrecarregada, turmas barulhentas, alunos indisciplinados, salas apertadas e pouco ventiladas, que, automaticamente, lembrei do texto recomendado pelo meu professor. Naquele momento, decidi que abordaria no meu trabalho de conclusão de curso a precarização do trabalho e os impactos na saúde do professor.

Assim, surgiu o meu tema de pesquisa, depois de muito tempo procurando por algo que me cativasse. Foi na vivência em uma sala de aula da rede pública, com muitos pensamentos naquele momento, inclusive de arrependimento pela escolha do curso: questionava incessantemente o porquê da decisão de cursar pedagogia. Naquela hora, toda a aspiração que tinha pela docência não me representava mais. Sentia-me exausta porque não conseguia dar conta de uma turma com mais de 30 alunos e em péssimas condições infraestruturais.

Segundo Souza (2009, p. 35), “as experiências trazem uma autointerpretação que permite compreender os vínculos existenciais dos sujeitos, inclusive os teóricos e os epistêmicos”. Foi justamente a partir desse processo de experiências que percebi o quão necessário é que professores estejam informados sobre questões que possam afetar a sua saúde, além de compreender a necessidade de existir mais pesquisas na área da educação sobre o tema e que o assunto seja cada vez mais abordado nos cursos de licenciatura.

É necessário que os formandos estejam conscientes do que é possível encontrar e como se prevenir. Do mesmo modo, é de grande importância que haja políticas de suporte e acompanhamento nas próprias escolas.

Esses profissionais não podem ficar sozinhos. Não dá para comprometer a sanidade de um ser humano no seu ofício e tratar com banalidade. O bem-estar do professor precisa ser visto com seriedade e com mais urgência. Não se pode cobrar de um professor resultados positivos no seu processo de ensino-aprendizagem sem antes verificar a sua estabilidade física e mental diante de uma turma com mais de 30 alunos e sem infraestrutura adequada.

Um professor adoecido produz menos, cria menos, interage menos e ensina com mais dificuldade. Os resultados no seu trabalho tendem a ser negativos, não por incapacidade, mas por falta de condições adequadas para exercer sua profissão com dignidade. Esse cenário afeta tanto o professor quanto os alunos, o clima escolar e os resultados educacionais.

Embora não disponhamos, até o momento, de dados atinentes aos professores da rede municipal de Salvador, podemos lançar o olhar para os seus colegas. Começamos com os docentes da rede estadual da Bahia. Conforme a Secretaria da Administração do Estado (Saeb), apenas no primeiro semestre de 2018, 1.361 educadores foram afastados por problemas de saúde. Estes números equivalem a 3,4% de um total de 40 mil profissionais da ativa.

Diretor-executivo da Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Seção da Bahia (APLB-BA), João Santana aponta que, em média, os afastamentos crescem 2,5% ao mês: No Diário Oficial, “todos os dias as listas de afastados são enormes por conta dos problemas de saúde. Os motivos vão dos mais simples, como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) até casos como alcoolismo, drogas e depressão” (*Jornal Correio*, 25 ago. 2018).

Ainda segundo os dados da Saeb, entre as principais causas de afastamento estão as neoplasias (tumores), doenças musculoesqueléticas, nos olhos, no coração e nos aparelhos respiratórios, circulatório e digestivo. São números que dialogam com os apresentados pela rede estadual de Minas Gerais: no primeiro semestre de 2022, “mais de 24 mil profissionais tiveram que se afastar da sala de aula devido a complicações médicas (...). Os transtornos mentais e comportamentais estão entre algumas das causas mais prevalentes” (*O Tempo*, 15 out. 2022).

É evidente o impacto que a pandemia provocou nesse grave problema: “na Bahia, 76% dos professores tiveram doenças psicológicas na pandemia. Crise de ansiedade e pânico, além de depressão, estão entre as frequentes” (*Jornal Correio*, 15 out. 2021). Os profissionais entrevistados por *O Tempo* são categóricos ao afirmar que a “saúde mental dos educadores está fragilizada, tendo em vista os desafios encontrados em sala de aula com a volta do ensino presencial” (*O Tempo*, 15 out. 2022).

Mesmo no pós-pandemia, um estudo realizado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) mostrou que “aproximadamente um terço dos professores da educação básica sofre da síndrome de burnout”. Pesquisadores do Instituto de Saúde e Sociedade (ISS/Unifesp) analisaram um universo de 397 professores(as) de diversos estados brasileiros, provenientes de escolas públicas e privadas, sendo a maioria (87,41%) do sexo feminino. Foi constatado que a síndrome de burnout atingiu 1/3 (32,75%) dos docentes. Além disso, “o burnout pessoal – que avaliou a exaustão física e emocional do indivíduo, sem relacioná-la diretamente a aspectos laborais – foi a dimensão mais afetada, com prevalência de 55,92%”. Outros(as) 43,58%

apresentaram burnout relacionado ao trabalho – “que abordou sentimentos de exaustão e frustração intimamente ligados à rotina laboral e às limitações que ela impõe em sua vida pessoal” (DCI UNIFESP. 26 abr. 2023).

Ao que parece, ainda não houve uma pesquisa sistemática de caráter nacional (como no caso de contratação de professores temporários, que vimos no primeiro capítulo), o que dificulta as nossas análises. Porém, além da Bahia e Minas Gerais, podemos observar fenômeno semelhante em outros estados do país: A rede estadual de ensino de São Paulo registrou, no primeiro semestre de 2023, “um total de 20.173 professores afastados por questões relacionadas à saúde mental, um aumento de 15% em comparação ao mesmo período de 2022”.

Nesse cenário, “112 professores são afastados por dia por problemas de saúde mental” (G1, 5 set. 2023). Mesmo antes da pandemia de Covid-19, no Mato Grosso, por exemplo, a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (Seplag) apontou que, em 2018, “um total de 2.022 professores se licenciaram para tratamento de saúde e, destes, 667 estavam com depressão e pânico” (G1, 16 mai. 2019).

Não obstante dispersos, esses dados são eloquentes. O que se observa é que os desafios da sala de aula – turmas lotadas, infraestrutura precarizada –, juntamente com a rotina de trabalho, que extrapola as atividades nas unidades escolares, a baixa remuneração, o que exige aumento de carga horária e a busca por novas escolas para lecionar, tudo isso afeta diretamente a saúde mental e física do corpo docente. Pelos menos, é nesses termos que se pronuncia a psicóloga Ana Paula Bonilha, da PUC-Campinas:

Professores, às vezes, dão aula de manhã, de tarde e de noite. E não é um trabalho de uma elaboração simples. Imagina que para cada hora que o professor tem que dar aula na sala de aula, ele estudou duas, três horas. Ele leu um texto, ele buscou um livro, ele buscou uma referência (G1, 26 mar. 2025).

A pesquisadora avalia que as áreas profissionais ligadas ao cuidado, como a educação e a saúde, estão normalmente ligadas a jornadas longas, e que exigem um manejo mental maior, o que pode explicar o alto índice de afastamento por problemas psicológicos. Trata-se de uma análise que encontra confluência nas argumentações de Ângela Soligo: “é uma profissão que exige muito, mas ela não é valorizada na mesma medida e eu não estou falando só de salário”, mas também “de carreira, condições de trabalho, horas de trabalho, em número de alunos por sala de aula. É como a sociedade vê o trabalho do professor” (G1, 26 mar. 2025). O diretor regional do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp), Hamed Bittar reforça:

A profissão de professor hoje no estado de São Paulo, também no Brasil, tem tido contratações precárias. O aumento de ansiedade, síndrome de burnout, todo esse processo que vem prejudicando a categoria tem sido alarmante. Infelizmente, a gente tem uma quantidade de alunos em sala de aula excessiva, uma sala com quase 40 alunos, e a gente vem reivindicando há tempos que a sala tenha no máximo 25 para que a gente possa, de fato, ter uma educação (G1, 26 mar. 2025).

Relatos, como o contido na nossa segunda epígrafe, aparecem de maneira abundante nas entrevistas jornalísticas e pesquisas acadêmicas: com 62 anos, na ocasião, a professora aposentada pela rede estadual da Bahia, Evandir Andrade associou, em 2018, as quatro décadas de dedicação à sala de aula às dores nas pernas que se transformaram em bursite e ela desenvolveu ainda tendinite e LER. A docente, hipertensa e diabética, começou a ensinar na zona rural de Paripiranga, no Nordeste da Bahia, e depois conseguiu migrar para a capital:

foram muitos anos dando aulas e esses problemas foram surgindo. Os médicos sempre avisavam que as duas coisas estavam relacionadas [...]. Tive várias colegas que adoeceram por conta do trabalho. Depois de Paripiranga, fui professora também em Salvador e não vi muita diferença na sala de aula. A realidade é a mesma. Muito estresse e muito trabalho (*Jornal Correio*, 26 ago. 2018).

A docência é um desafio. É preciso boas condições de trabalho e estabilidade física e emocional. Segundo Gaulejac (2020), o sofrimento no trabalho, especialmente em profissões humanas como a docência, costuma ser visto como um fracasso pessoal, quando, na verdade, é consequência de um sistema que sobrecarrega e desumaniza o sujeito. Nessa lógica, o professor doente se sente como uma peça substituível, em que a saúde é secundarizada diante da produtividade, gerando sentimentos como frustração, ansiedade, medo e exaustão moral.

Com perspectiva semelhante, Souza e Souza (2019) afirmam que professores que adoecem no exercício da docência frequentemente se sentem culpados, invisibilizados e solitários, mesmo quando cercados por colegas. A pesquisa, a partir de diários e narrativas docentes, revela que o sistema educacional tende a ignorar o sofrimento emocional do professor, o que gera um conflito interno entre o desejo de ensinar e a falta de condições físicas e emocionais para continuar.

O problema da desistência ou da não preferência pela docência não está no ato de ensinar, mas nas condições precárias existentes na profissão que prejudicam severamente o profissional. Autoras, como Tânia Maria de Araújo (2003), Ada Ávila Assunção e Dalila Andrade Oliveira (2009), enfatizam tais problemas como nocivos à saúde mental e física do trabalhador: salas superlotadas, excesso de trabalho, falta de carga horária para atividades extraclasse, pouca

ventilação, salas apertadas, escassez de materiais didáticos, desavenças com a gestão, indisciplina e violência física e verbal do aluno, cadeiras e quadros inadequados, desentendimento com os pais, salários baixos, falta de reconhecimento profissional, precarização na infraestrutura e pouca autonomia são fatores que desencadeiam o mal-estar docente.

Araújo (2003, p. 6) ainda diz que: “aspectos ligados à organização do processo de trabalho, como: ritmo de trabalho, pressão hierárquica e dos colegas, relação professor e aluno, tarefas repetitivas são consideradas fatores estressores. O trabalho, seja ele qual for, é indispensável para a sobrevivência humana e o desenvolvimento social, cultural e econômico do país. Não deveria ser prejudicial à saúde, sobretudo por questões de precarização. “O trabalho tem um papel relevante na vida das pessoas e, portanto, não cabe compreendê-lo necessariamente como prejudicial à vida” (ARAÚJO, 2003, p. 7). A autora ainda diz:

Por ter um caráter de essencialidade na vida dos homens, o trabalho deveria permitir a realização dos mais altos preceitos éticos e morais, mas, historicamente, as formas de realização do trabalho têm-se pautado em relações de dominação, trazendo sérias repercussões para a saúde dos trabalhadores, principalmente a saúde mental (ARAÚJO, 2003, p. 5)

Diversos pesquisadores têm chamado atenção para os impactos negativos na atuação docente quando o professor não está bem: a ausência de valorização social no professorado tem afetado diretamente “a autoestima e a identidade social da categoria dos professores” (ARAÚJO, 2003, p. 6). Tal fenômeno tem o potencial de influenciar diretamente no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas.

Além disso, “a percepção dos professores acerca da sua identidade profissional afeta a sua eficácia e o seu desenvolvimento profissional” (CARDOSO, BATISTA, GRAÇA, p. 14). Mais ainda: “o mal-estar docente e o esgotamento produzido pela acumulação das exigências aos professores repercutem sobre sua personalidade e o exercício da docência (ARAÚJO, 2003, p. 8).

Sendo assim, quando o profissional da educação tem a sua saúde atingida, o processo de ensino e aprendizagem também é afetado e isso repercute diretamente nos resultados educacionais. Não se pode responsabilizar um professor doente por não obter resultados positivos na construção do conhecimento. Este profissional não está bem e não se pode exigir competência profissional para alguém que está instável mental e fisicamente. A intensificação do trabalho e as condições precárias no professorado desencadeiam problemas que chegam a

deixar sequelas físicas e emocionais que podem durar por toda uma vida. Um deles são os distúrbios nas cordas vocais:

Os professores são considerados os profissionais com mais alto risco para o desenvolvimento de distúrbios vocais e apresentam maior prevalência de queixas vocais específicas quando comparados com os outros profissionais. Pelo menos um em cada três professores refere que dar aulas produz efeito vocal adverso e, na amostra dos autores, muitos sujeitos reduziram as suas atividades laborais em razão do problema de voz (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 13).

Essa complicação acontece por diversos fatores: ruídos de ventiladores e ar-condicionado, tumultos entre os alunos, barulhos advindos das salas vizinhas, barulhos externos em obras, estabelecimentos, avenidas e outros tantos que, de certa forma, obrigam os professores a fazer o uso intensivo da voz o que desencadeia calos nas cordas vocais. Além disso, “problemas como gastrite, varizes, labirintite, reumatismo e estafa” (Araújo, 2003, p. 10), também são recorrentes na categoria.

Mas isso não é o bastante. Autores, como Araújo (2003) e Assunção e Oliveira (2009), apontam que, para além das sequelas físicas, as emocionais também têm uma presença muito forte no meio do professorado devido à precarização e desvalorização presentes na docência: insatisfação, angústia, desilusão frente à idealização do papel docente, falta de identificação com a sala de aula, alto nível de estresse, ansiedade, esgotamento físico e mental, sensação de fracasso, autoreprovação diante da dificuldade de ensinar com eficácia, desânimo e autocondenação.

Além disso, requerimento de mudança de setor/unidade como resposta a desentendimentos, uso de bloqueios emocionais para se proteger das exigências afetivas do trabalho, ausências frequentes como tentativa de escapar do peso psicológico do trabalho são medidas adotadas a fim de amenizar o sofrimento causado pelo ofício. Estudos ainda chamam atenção para outros problemas que também se desencadeiam devido à precarização:

Quadros depressivos, nervosismo, abuso de bebidas alcoólicas, sintomas físicos sem explicação e cansaço mental, com sérias consequências para o desempenho profissional e impacto cada vez mais forte na função familiar, além de serem responsáveis por elevados custos sociais (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 17).

Todas essas questões impactam não somente a vida profissional desse indivíduo, mas também e principalmente a pessoal: “cronicamente cansados, o padrão e a qualidade do sono e a disposição para o desfrute do lazer e a prática de hábitos saudáveis encontram-se fragilizados”

(ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 14). A pessoa adoecida não tem disposição para uma rotina ativa de lazer e entretenimento, a qualidade de vida tende a cair, podendo, inclusive, desenvolver sedentarismo, tabagismo e outras doenças.

Em *Educação, carinho e trabalho*, Wanderley Codo (1999) ressalta a importância de o professor estabelecer vínculo e afeto com a profissão. O docente precisaria gostar do que faz, já que educar é um ato que exige paciência e cordialidade. Ademais, o processo de ensino-aprendizagem exige que o educador esteja sempre atento, tenha uma escuta sensível, olhar cuidadoso, além de conhecer as especificidades e individualidades de cada criança. Segundo o autor, essas características não se desenvolvem durante a formação, mas no cotidiano da sala de aula, contudo, por vezes, esses atributos são interditados devido à realidade do trabalho escolar.

A atividade de educar, como já se viu, exige do educador o estabelecimento de um vínculo afetivo e emocional com o objeto do seu trabalho: o aluno. A realização desse afeto é interditada na medida que a “interferência” do educador sobre o educando, nunca pode ser completa, instalando a possibilidade inquietante (maior que em outras profissões) de perda de controle sobre o produto, e, por essa via, de dúvida sobre a sua competência profissional (CODO, 1999, p. 28).

Um profissional que está doente pode não conseguir desenvolver afetividade com o seu trabalho, pois o seu psicológico está abalado, sobretudo quando o espaço que deveria ser de acolhimento e aprendizagem torna-se um lugar de violência, indisciplina e agressão. O educador sente-se coagido, ameaçado e amedrontado, vê o seu direito de autonomia sendo retirado e sua imagem ridicularizada. Nessa hora, o sentimento que permeia é de angústia e fracasso, seguidos de arrependimento e desmotivação persistente. De mais a mais, para além dos desafios relacionados à conduta dos alunos em sala, este profissional também enfrenta diariamente impasses na convivência com os próprios colegas de trabalho.

Rápido o professor aprende que as relações sociais no trabalho podem facilitar ou obstaculizar o seu querer fazer. Essa realidade se impõe e ele tem que aprender a lidar com ela; prestar atenção ao que pode ser dito e ao que deve ser calado; ele tem que aprender que aquela secretária não gosta de dizer “bom-dia”; que o diretor gosta de ser adulado; e que isso é importante para conseguir implementar certos projetos. Tem que lidar com o fato de que o seu colega de turma sente ciúmes do trabalho que realiza e tenta minimizar os seus logros perante o diretor que é o seu amigo (CODO, 1996, p. 78).

Ora! As relações interpessoais são fundamentais para que o ambiente de trabalho seja mais leve e tranquilo. Não é agradável conviver todos os dias com relações conflituosas: O colega de trabalho é seu oponente, o gestor é autoritário, desagradável e antagonista. Não há

harmonia, não há trabalho em equipe, as pessoas se odeiam, se desprezam, prejudicam umas às outras sempre que possível.

Muitas vezes ele teve que enfrentar a hostilidade daquele grupo de colegas para que as suas propostas fossem aceitas; e quantas vezes alguns colegas acharam que já tinham reuniões suficientes para agregar uma a mais que ele propunha como forma de compartilhar e dividir experiência na sala de aula. Quantas vezes, enfim, foi desestimulado a fazer, coagido a fazer, ridicularizado por querer fazer. Quantas vezes ele se sentiu humilhado, quantas outras foi atingido pelos olhares e comentários carregados de ironia, como aquele que “quer mostrar muito trabalho” na escola, como “o professor que quer aparecer”. Quantas vezes ouviu o comentário melancólico: deixa pra lá [...] quando chegam a maioria é assim (CODO, 1999, p. 51).

O apoio que falta para esse docente não é apenas moral, mas também material. Por vezes, o professor é impedido de trabalhar como deseja por causa da escassez de recursos didáticos. Todavia, nem sempre o motivo é a escola não dispor de tais materiais, mas também há a limitação da própria gestão escolar, impedindo o professor de utilizar os apoios necessários, com a narrativa de economizar. De qualquer modo, isso interfere diretamente na qualidade do ensino, pois impede o profissional de aplicar múltiplas linguagens e pode, inclusive, intensificar o seu trabalho.

Ao tentar trabalhar “como deve ser”, em certas oportunidades, os professores aprenderão, em maior ou menor medida, que existe um déficit de infraestrutura nas escolas: que os recursos necessários estão ausentes. Essa ausência lhe demandará maior esforço no trabalho, maior quantidade de tarefas a serem realizadas, comprometendo-se assim a qualidade do ensino. A carência de recursos, na medida que limita as alternativas de preparação das aulas, poderá exercer influências negativas nos resultados de aprendizado, levando o trabalhador a questionar sua competência profissional (CODO, 1999, p. 46).

De mais a mais, a tarefa do professor não se resume apenas no processo de ensino, mas também nas questões sociais que os alunos levam para a sala de aula. Parte significativa dos estudantes da rede municipal advém das comunidades periféricas, são crianças de baixa renda que, por vezes, vão para a escola com fome. É o professor quem percebe esse fator e que faz o que pode para solucionar a questão. Crianças que foram abandonadas pelos pais, violentadas, abusadas sexualmente, que não têm uma moradia digna, rejeitadas pela família e outras dificuldades. São sofrimentos que refletem no comportamento escolar e é o professor quem precisa lidar com esses obstáculos: ao perceber o aluno chorando sem motivos aparentes, que se isola dos demais coleguinhas, que diminui o rendimento nas aulas, que está sempre se envolvendo em confusão, que se tornou agressivo, indiferente, violento. Por vezes, é preciso

interromper a aula, ser mãe, psicóloga, advogada, enfermeira, mas nunca o papel é só de educador.

São filhos de famílias diversas, e o cotidiano desses alunos “se entrelaça com os das prostitutas, traficantes, policiais violentos, vítimas e vitimários, meninas e meninos com solidão urbana pintada no rosto. O aluno sofre, leva o seu sofrimento para o âmbito escolar, e são os professores que “terão que vivenciar, no cotidiano do trabalho, as misérias do mundo urbano” (CODO, 1999, p. 47).

Todavia, o professor não pode resolver tudo. Sentimentos de incapacidade e limitação começam a surgir, levando este docente a uma tristeza profunda. Não há apoio nem incentivo, o profissional se sente sozinho e limitado. A sensação de não dar conta de tudo desencadeia no docente sentimento de fracasso e impotência. Suas mãos estão atadas. Não há nada que ele possa fazer.

De um lado um salário abaixo da média, que não é suficiente para levar uma vida financeira estável; do outro, para alguns, o contrato prestes a vencer, pois a sua duração é de no máximo dois anos, podendo ser interrompido antes, jornada intensa de trabalho, pois precisa complementar a carga horária com outras atividades para complementar a renda; as atividades se multiplicam, principalmente por ter que trabalhar em todos os turnos. Dentro da escola as coisas também não vão bem: desavenças com todo o corpo docente, problemas de infraestrutura, desafios com os próprios alunos, família e a comunidade externa.

Aos poucos, esse professor adoece, e, quando se dá conta, perdeu o que tinha de mais valioso: sua saúde física e mental. O trabalho se torna um lugar de angústia e padecimento. Já não faz mais sentido para o profissional, não se reconhece na sua profissão e o que antes era a realização de um sonho, vira uma tortura mental. O profissional começa a se questionar, duvidar da sua própria capacidade, da sua competência profissional. “Os alunos não conseguem aprender devido à falta de recursos suficientes na escola? Não conseguem aprender devido à sua carência sociocultural? ou o problema é que eu não consigo ensinar a eles de forma adequada? (CODO, 1999, p. 49). Há uma grande tortura que consome o docente e quando se dá conta, não tem mais condições físicas e nem mentais de exercer o seu trabalho porque toda a sua sanidade foi comprometida. O professor adoeceu.

O grande problema do adoecimento do professor não é o esforço que se faz no trabalho, afinal, todo ofício exige empenho, todo esforço gera cansaço e até mesmo aflição. O diferencial aqui é que, apesar do sofrimento que o trabalho venha gerar, o importante é que ele faça sentido e traga retorno para o trabalhador, que no final seja prazeroso e gratificante. Que o trabalhador se sinta cansado, mas vivo, exausto, mas recompensado.

Codo (1990) afirma que quando o trabalho tem um significado, por mais exaustivo que seja, ele se transforma em prazer. Quando deixa de fazer sentido, torna-se penoso e enfadonho, não há motivos e significados e a própria identidade do indivíduo é afetada. O ambiente de trabalho não pode ser um lugar de padecimento. Uma vez sofrendo internamente, todas as competências cognitivas e afetivas desse profissional da educação, que levou anos se preparando para atuar com destreza na sala de aula, podem ser bloqueadas. O profissional precisa estar saudável.

Vimos nos capítulos I e II que os professores da rede municipal de ensino de Salvador vêm sofrendo, há décadas, com a precarização das relações de trabalho. Desde a forma de ingresso e regime de trabalho até a sua remuneração. Os professores temporários, sem acesso a determinados direitos e com baixo salário, é um campo fértil para o estresse e a ansiedade. A gestão que não se preocupa com as condições de trabalho do docente é a mesma que negligencia a infraestrutura das unidades escolares: o resultado são salas cheias, falta de acesso a recursos tecnológicos e uma rotina de desânimo, cansaço e adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel dos professores da educação básica, especialmente nos anos iniciais, é de relevância inquestionável para o desenvolvimento da sociedade. São esses profissionais os principais responsáveis por conduzir o processo de ensino-aprendizagem em sua fase mais sensível e formativa. Eles atuam como mediadores entre o conhecimento e o aluno, acompanhando de perto os primeiros passos das crianças no domínio da leitura, da escrita e da interpretação do mundo que os cerca. Independentemente do caminho educacional trilhado, seja em instituições públicas ou privadas, é praticamente impossível que um indivíduo alcance qualquer nível de formação sem antes ter passado pelas mãos de um professor da educação básica. Desde o adolescente que se prepara para o ensino médio, até o universitário e os grandes profissionais que ocupam cargos de prestígio no país, todos foram, em alguma medida, formados por esses educadores.

Esse dado revela não apenas a importância funcional, mas também o valor simbólico e estrutural do professor para a consolidação de uma sociedade justa, crítica e bem formada. No entanto, apesar de sua centralidade, esse profissional tem enfrentado crescentes dificuldades relacionadas às suas condições de trabalho. Salários defasados, jornadas extensas, múltiplas atribuições, escassez de recursos pedagógicos, salas superlotadas, ausência de apoio institucional e pouca valorização social são apenas alguns dos fatores que têm contribuído para o seu adoecimento físico, mental e emocional.

As consequências dessa realidade são alarmantes: aumento nos afastamentos por problemas de saúde, elevação dos índices de estresse, esgotamento profissional (burnout), transtornos psicológicos, além do desestímulo à permanência na carreira docente. Essa precarização do trabalho impacta diretamente não apenas a vida dos professores, mas também a qualidade do ensino oferecido nas escolas, afetando o processo de aprendizagem dos alunos e o próprio futuro da educação pública no país.

Diante desse cenário, é urgente repensar as políticas públicas voltadas à valorização da docência. Investir na formação continuada, garantir condições dignas de trabalho, oferecer suporte emocional e estrutural, além de salários justos, não são apenas medidas de reconhecimento, mas de responsabilidade social. Valorizar o professor é, em última instância, valorizar o futuro da nação.

Nesta pesquisa, foi possível vislumbrar que as professoras e a educação básica de Salvador vêm sendo tratadas com total negligência (e violência) pelas gestões ACM Neto e Bruno Reis. Isso pode ser vislumbrado no privilégio que é dado à contratação via REDA e

na recusa em pagar o piso salarial do professorado. Trata-se de um quadro que faz parte de uma política (neo)liberal que tem sido intensificada no país.

Professores têm sido apontados como inimigos e doutrinadores. São um dos principais alvos da extrema-direita brasileira, além de serem os servidores públicos mais negligenciados pelo Estado. São visíveis os impactos na saúde física e mental desses trabalhadores, que geram, dentre outras coisas, desinteresse e frustração pela profissão. No entanto, mesmo num cenário adverso e de grandes retrocessos, esses indivíduos têm permanecido firmes, debaixo de sol e chuva, segurando cartazes e tremulando bandeiras em prol dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E; DIAS, W; VALVERDE, J. Greve na educação como experiência de formação docente: O Programa de Residência Pedagógica na greve da rede estadual do Rio de Janeiro. **Revista DisSol**. Pouso Alegre/MG, ano 9, nº 19, 2024.
- AMADO, E. O trabalho dos professores do ensino fundamental: uma abordagem ergonômica. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.
- ARAÚJO, Daniela C. A privatização da educação infantil e a expansão da oferta: Um diagnóstico sobre os impactos do Projeto Pé na Escola em Salvador – BA. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2024.
- ARAÚJO, T.M. et al. Saúde e trabalho docente: dando visibilidade aos processos de desgaste e adoecimento docente a partir da construção de uma rede de produção coletiva. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 37, p. 183-212, 2003.
- ASSUNÇÃO, Ada Ávila & OLIVEIRA; Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, p. 349-372, 2009.
- BARBOSA, Andreza. Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente. 2011. **Tese** (Doutorado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.
- BOCCATO, Regina. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo. v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Estudos da OCDE sobre políticas educacionais no Brasil: uma perspectiva internacional**. Brasília, 2012.
- CARDOSO, Maria Inês Silva Teixeira; BATISTA, Paula Maria Fazendeiro; GRAÇA, Amândio Braga Santos. A identidade do professor: desafios colocados pela globalização. **Revista Brasileira de Educação**. v. 21 n. 65 abr.-jun. 20. 2016.
- CARVALHO, Railídia. **Guarda municipal de ACM Neto reprime com violência ato de professores**. Vermelho, 7 ago. 2018. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/08/07/guarda-municipal-de-acm-neto-reprime-com-violencia-ato-de-professores/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Vereador diz que greve dos professores é político-partidária**. Câmara Municipal de Salvador, 12 jul. 2018. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/noticias/vereador-diz-que-greve-dos-professores-e-politico-partidaria>. Acesso em: 10 maio 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). BA: **Greve dos professores da rede municipal de Salvador**. CNTE-CUT, 2024. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/ba-greve-dos-professores-da-rede-municipal-de-salvador-6d24>. Acesso em: 10 maio 2025.

CLOT, Y. **O trabalho docente e a saúde dos professores: o coletivo como recurso?** **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 69–74, 2021.

DCI UNIFESP. “**Síndrome de burnout atinge 1/3 dos(as) professores(as) da educação básica, revela pesquisa da Unifesp**”, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://dci.unifesp.br/assessoria-de-imprensa-e-jornalismo/releases/sindrome-de-burnout-atinge-professores-as-da-educacao-basica>. Acesso em 1 jul. 2025.

FERREIRA, Denize Kaminski; ABREU, Claudia Barcelos. Professores temporários: flexibilização das contratações e condições de trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte | v.23 | n.2 | p.129-139 | mai-ago | 2014.

FLORES, Fábio; et al. **Saúde dos professores da rede municipal de Guanambi-Ba** in: NUNES, Claudio P; Cardoso, Berta L. C; SOUZA, Erivan C. (orgs). **Condições de Trabalho e Saúde do Professor**. Vitória da Conquista BA: Edições UESB, 2020.

FONSECA, José. . **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **EDITAL Nº 002, 2019**. Disponível em: <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pms2019/002>. Acesso em: 26 fev. 2025.

GATTI, Bernadete A.; BARRETTO, Elba S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GAMA, Laisa. “**Virou esculhambação: Criado para emergências, modelo REDA sai da exceção e vira regra na administração pública**”. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/jornal-da-metropole/160523,virou-esculhambac-ao-criado-para-emergencias-modelo-reda-sai-da-excecao-e-vira-regra-na-administrac-ao-publica>. Acesso em 26 fev. 2025.

G1 BAHIA. **Professores municipais de Salvador decidem manter greve em assembleia e realizam nova caminhada**. G1, 20 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/07/20/professores-municipais-de-salvador-decidem-mantem-greve-em-assembleia-e-realizam-nova-caminhada.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2025.

G1 “**Prefeitura de Salvador convoca aprovados em concurso de educação - notícias em Bahia**”, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/06/prefeitura-de-salvador-convoca-aprovados-em-concurso-de-educacao.html>. Acesso em 24 abr. 2025.

G1 CAMPINAS. “**Rede estadual de Campinas tem 12,8 mil afastamentos de professores por problemas de saúde mental em 10 anos**”, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2025/03/26/rede-estadual-de-campinas-tem-128-mil-afastamento-de-professores-por-problemas-de-saude-mental-em-10-anos.ghtml>. Acesso em 1 jul. 2025.

G1 SP. “**112 professores são afastados por dia em SP por problemas de saúde mental; aumento de 15% em 2023**”, 5 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao->

paulo/noticia/2023/09/05/112-professores-sao-afastados-por-dia-em-sp-por-problemas-de-saude-mental-aumento-de-15percent-em-2023.ghtml. Acesso em 1 jul. 2025.

G1 EDUCAÇÃO. “**Sem aumentos ou plano de carreira, professores temporários são maioria nos estados pelo 3º ano seguido, diz Censo 2024**”, 9 abr. 2025 (Por Luiza Tenente). Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/04/09/sem-aumentos-ou-plano-de-carreira-professores-temporarios-sao-maioria-nos-estados-pelo-3o-ano-seguido-diz-censo-2024.ghtml>. Acesso em 24 abr. 2025.

GOUVÊIA, Leda V. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, out-dez, 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa. Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna. W. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

JORNAL CORREIO. “**Problemas de saúde afastam cinco professores por dia**”, 26 ago. 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/problemas-de-saude-afastam-cinco-professores-por-dia-0818>. Acesso em 1 jul. 2025.

_____. “**Na Bahia, 76% dos professores tiveram doenças psicológicas na pandemia**”, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/bahia/na-bahia-76-dos-professores-tiveram-doencas-psicologicas-na-pandemia-1021>. Acesso em 1 jul. 2025.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 65–88, nov. 2003.

LUNETTA, Avaetê; GUERRA, Rodrigues. Metodologia de pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL JOURNAL)** ISSN: 2965-2634 vol. 1, n. 2, Campina Grande, ago. 2023.

NASCIMENTO, Rosilene. Greve de professores: uma análise de práticas discursivas de poder, manipulação e resistência. **Dissertação** (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

O TEMPO. “**Adoecimento afasta mais de 24 mil professores das salas de aula em BH e Minas**”, 15 out. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/adoecimento-afasta-mais-de-24-mil-professores-das-salas-de-aula-em-bh-e-minas-1.2749377>. Acesso em 1 jul. 2025.

OLIVEIRA, Erik; SANTOS Vera Maria: **Adoecimento mental do professor da educação básica no Brasil**. Tira Dentes. 2021.

REIMBERG, Cristiane. **Seminários: trabalho e saúde dos professores: precarização, adoecimento e caminhos a mudança**. São Paulo: Fundacentro, 2023.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Diário Oficial**. 17 jul. 2015. Disponível em: <http://www.dom.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em 26 fev. 2025.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **DIÁRIO OFICIAL**, 18 set. 2018. **EDITAL N° 06/2018**. Disponível em: http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2018/09/Processo-Seletivo-Simplificado-Edital-06_2018.pdf, Acesso em 24 abr. 2025.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **DIÁRIO OFICIAL**, 17 dez. 2024. **EDITAL N° 07/2024**. Disponível em: <http://www.dom.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em 26 fev. 2025.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal De Planejamento, Tecnologia E Gestão – SEPLAG. **EDITAL DE CONCURSO N.º 01/2010**. Disponível em: <https://arquivos.qconcursos.com/regulamento/arquivo/1109/prefeitura-de-salvador-ba-2010-seplag-edital.pdf>. Acesso em 24 abr. 2025.

SOUZA, Aparecida Neri; LEITE, Márcia de Paula: Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, out.-dez. 2011.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **Narrativa, formação e pesquisa: entrelaçando histórias de vida e formação docente**. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *Narrativas de formação e práticas de pesquisa*. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SANTOS, Arielma Galvão. Condições de trabalho de mulheres coordenadoras Pedagógicas na/da educação básica. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2023,

SANTOS, João Batista S. O perfil da precarização docente no Brasil: o professor temporário das redes estaduais. **FINEDUCA Revista de Financiamento da Educação**, v. 14, n. 32, 2024.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

SILVA, Fabiano Moreira da. Professorado municipal de Salvador: queixas, crises e greve (1912-1918). 137 f. **Dissertação** (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SILVA, Jorge Adriano J; OLIVEIRA, Isabela Fadul. A contratação em regime especial de direito administrativo (REDA) e seu impacto nas condições de trabalho docente: o caso dos professores do estado da Bahia. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 6, n. 1, jan./abr. 2019.

SOUZA, Aparecida Neri; LEITE, Márcia de Paula: Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, out.-dez. 2011.

SOUZA, Érica Vieira. A precarização do trabalho docente na Bahia: uma análise geográfica e crítica para o regime especial de direito administrativo (REDA). **Dissertação** (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade) – Universidade do Estado da Bahia. Caetité – Ba, 2022.

SOUZA, L; SOUZA, K; PINA, J. Resistência e práxis na greve dos professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, 2019; 17(1):e0017002.

SMED. Secretaria Municipal de Educação de Salvador. **Educação em Números: Relatórios 2025**. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/educacao-em-numeros/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SEMGE. Secretaria Municipal de Gestão de Salvador. **Processo Seletivo N° 07/2023**. Disponível em: <https://semge.salvador.ba.gov.br/secretaria-de-gestao-lanca-novo-edital-para-contratar-professores-de-ingles/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

TENENTE. Luiza. R\$ 0 de 'aumento' e janeiro sem salário: como ter mais professores temporários do que concursados prejudica docentes e alunos? Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/10/15/como-ter-mais-professores-temporarios-do-que-concursados-prejudica-docentes-e-alunos.ghtml>. Acesso em 24 abr. 2025.

TENTI FANFANI, Emilio. **O sentido do trabalho docente**. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2006.

TREINTA, Fernanda Tavares. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, Niterói RJ. v. 24, n. 3, p. 508-520, July/Sept. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

UNESCO. **Educação para todos: relatório mundial 2004**. Paris: UNESCO, 2004.